

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REGIANE DE FATIMA DIAS ZANELLA

A PROSTITUIÇÃO DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE CASTRO-PR: RELAÇÃO
ENTRE GÊNERO E GERAÇÃO DE RENDA

PONTA GROSSA
2022

REGIANE DE FATIMA DIAS ZANELLA

A PROSTITUIÇÃO DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE CASTRO-PR: RELAÇÃO
ENTRE GÊNERO E GERAÇÃO DE RENDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social na Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Gonçalves de
Souza.

PONTA GROSSA
2022

REGIANE DE FATIMA DIAS ZANELLA

A PROSTITUIÇÃO DE MULHERES NO MUNICÍPIO DE CASTRO-PR: RELAÇÃO
ENTRE GÊNERO E GERAÇÃO DE RENDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharela
em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 17 de março de 2022.

Profa. Dra. Cristiane Gonçalves de Souza – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Dra. Sandra Maria Scheffer
Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Me. Lucimara Nabozny
Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho às joias da noite, mulheres prostitutas do município de Castro-PR.

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos, pontuando que sou cria de um cursinho solidário, então agradeço primeiramente aos professores e idealizadores deste que foi a alavanca para que eu entrasse para uma universidade pública e de qualidade. Agradeço a Deus, que em minhas orações me orientou e me ajudou a nunca desistir, por mais complicado que as coisas se tornassem.

Agradeço a todas as mulheres que de alguma forma contribuíram na minha vida acadêmica, em especial as mulheres que me concederam entrevistas e dividiram comigo suas experiências, a todas vocês meu respeito e minha admiração. Deixo registrado também o agradecimento às pessoas que foram a ponte para que as entrevistas acontecessem, Alisson e Mayka Wogue que com sua humildade e compreensão acreditaram no meu trabalho.

O meu muito obrigado a todo o departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr, a todos os professores com os quais tive a honra de conviver e aprender nesses quatro anos de curso, em especial aos quais tive aula, a Tere, responsável pela parte administrativa do departamento que nunca se negou a ajudar e que tem enorme paciência com todos, com um zelo e educação incomparáveis. As minhas veteranas Jayne, Tayná e Luttiane sempre prontas a sanar minhas dúvidas e dar uma palavra de apoio, que me acolheram da melhor forma na universidade.

Agradeço de forma especial o meu grupo de trabalho, popularmente conhecido como G5, Marcio (Marcião), aquele que sai no meio da apresentação do seminário, mas que é um companheiro ímpar, Edmilson sempre solícito e educado, Nikole o que dizer dessa menina mulher, forte parceira e engraçada viciada em coca cola e por fim Rhaysa a rainha dos slides e a mais organizada do grupo, sem vocês eu não conseguiria. Agradeço Thays Bobato, minha amiga de Rondon, pessoa maravilhosa, alegre, sua risada motiva qualquer um.

Agradeço minhas orientadoras, Professora Lucimara Nabosny e Professora Cristiane Souza, que com paciência, disponibilidade e sabedoria me orientaram na construção deste trabalho. E aqui coloco também todas as mulheres que convivi durante minha vida e durante a caminhada acadêmica, cada mulher me inspirou de alguma forma.

Aqui quero agradecer as pessoas que cooperaram para eu ser quem eu sou, minha base, minha essência, começando com minha mãe, mulher negra mãe de cinco filhos que nunca teve oportunidade de continuar seus estudos e de trabalhar sendo mãe e dona de casa até os seus 50 anos e que hoje em dia é microempresária, ela faz propaganda minha até na fila do mercado “Minha filha vai ser Assistente Social” , Dona Marilda obrigado pelas palavras de incentivo diárias e por sempre acreditar na sua filha mais velha, ser a primeira a concluir o ensino superior é uma benção, mas também uma inspiração.

Ao meu pai José Nelson, lavrador, trabalhador braçal desde seus 14 anos, homem honesto que nunca deixou nos faltar nada, acolhedor, carinhoso e brincalhão, obrigado pai por ser quem é e por me inspirar todos os dias da minha vida. Aos meus irmãos Liliane, Maria Ida, Daniel e Robertha, obrigado, vocês são especiais.

E por último e mais importante meus filhos e meu esposo, sem eles nada disso seria possível, Heron Carlos agradeço por ser esse menino parceiro e compreensivo que por muitas vezes entendeu que a mãe não podia dar atenção naquele momento, que assistiu aulas online comigo e elogiou as professoras achando o tema da aula interessante, você é meu orgulho, mesmo com pouca idade compreende o fato de querer mais para a vida e que estudar é bom e proveitoso, quero que saiba que a oportunidade de estudar não é para todos e fico feliz por você entender seu lugar de privilégio, obrigado meu filho.

Zuleika, minha menina mulher meu sol, durante a construção deste trabalho você nos presenteou com a Eliza que talvez já tenha nascido até o dia da defesa deste estudo, obrigado por ser essa pessoa gentil e educada, por me compreender e me apoiar nesta jornada, sem você não seria possível. Vanderlei meu companheiro de quase vinte anos, você é minha base, desde o cursinho você me deu apoio e força para não desistir, obrigado por esse homem honesto, forte e carinhoso e por enxergar em mim não só sua esposa e mãe dos seus filhos, mas por deixar claro que acredita na minha competência e me impulsiona para a vida sempre, te amo e obrigado.

A todos que citei aqui, apenas obrigado espero poder alcançar as expectativas que têm em mim, vocês são a razão por eu sempre querer mais, agradeço a força que sempre me deram, a cada palavra de apoio e a compreensão que sempre tiveram comigo, sei que às vezes me faço ausente e que poderia ser mais para vocês, mas o amor não julga nem cobra apenas acolhe, obrigado.

Agradecimento especial às joias da noite, mulheres prostitutas do município de Castro-PR que com tanta sensibilidade ajudaram a construir essa pesquisa mesmo sabendo que isso não mudaria suas condições e que eu enquanto pesquisadora seria a única beneficiada com isso. Coloco aqui também, todas as mulheres que fazem da prostituição sua forma de subsistência, correndo riscos se expondo diuturnamente a perigos e situações difíceis. Espero contribuir de alguma forma com essa pesquisa para que a prostituição seja tema de debates e discussões dentro da academia.

Jóias da noite
O seu brilho quase nunca se ofusca
Somente quando você não está bem
E esse dia   todo dia
Nem sua maquiagem te ilustra
Mas você quer ir sempre além
Mais uma dança, mais uma dose
E isso não mais te guia
Hoje será o seu dia?
Não, será mais uma noite
Mas amanhã será diferente?
Ou a joia terá que brilhar novamente?
Ah a joia da noite, que no espelho busca sua identidade
Nunca uma joia foi tão desvalorizada
Na noite ela faz um apelo
Um suspiro, ou o fim de uma estrada...
(A AUTORA, 2022)

RESUMO

Intitulado A Prostituição de mulheres no município de Castro-PR: Relação entre gênero e geração de renda, tem como objetivo principal, compreender em que medida a questão de gênero e geração de renda interferem na decisão de mulheres do município de Castro-PR a se inserirem na prostituição. Para a elaboração deste trabalho optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa descritiva exploratória utilizando como recursos metodológicos a pesquisa bibliográfica documental, com a ferramenta amostragem bola de neve para a realização de entrevistas semiestruturadas com o grupo em questão. O estudo está dividido em três partes, que trazem o histórico da atividade a partir da Revolução Industrial e da Primeira República juntamente com o posicionamento feminista sobre a temática, em seguida o envolvimento das ONGs e dos movimentos sociais e por fim a caracterização do município de Castro-PR com o panorama da prostituição na cidade. Após todo o desenvolvimento, evidenciou-se que o assunto da prostituição ainda é pouco debatido dentro dos órgãos gestores de políticas públicas necessitando de uma abordagem maior nesses segmentos sendo permeado por discursos e posicionamentos por vezes estigmatizados, discriminatórios e preconceituosos, notou-se que as questões de gênero e geração de renda fazem parte da problemática que envolve a decisão das mulheres em se prostituir, assim sendo o debate faz-se necessário.

Palavras-chave: Prostituição. Mulheres. Gênero. Geração de Renda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa de Castro/PR.....	53
Quadro 1 –	Planos e Programas do MDH destinados às mulheres.....	47
Quadro 2 –	Dados do Município de Castro/PR	52
Quadro 3 –	Dados das entrevistadas	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PR	Paraná
PSF	Posto de Saúde da Família
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – PROSTITUIÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O FENÔMENO NO MUNDO A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E NO BRASIL APÓS A PRIMEIRA REPÚBLICA	17
1.1 EXPOSIÇÃO DA ATIVIDADE DA PROSTITUIÇÃO, HISTORICIZAÇÃO DO FENÔMENO	17
1.2 O FENÔMENO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA	22
1.3 SURGE O DISCURSO FEMINISTA	27
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE GÊNERO E AS SUAS DETERMINAÇÕES SOCIAIS DENTRO DO SISTEMA PATRIARCAL	33
1.5 A GERAÇÃO DE RENDA DE MULHERES NO BRASIL: PROSTITUIÇÃO COMO FORMA DE SUBSISTÊNCIA	36
CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SOBRE A LUTA POR DIREITOS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO: O ENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS, E AS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO DE SUAS DEMANDAS	40
2.1 A PROSTITUIÇÃO ENTRA PARA O DEBATE	40
2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS DO SEXO ENQUANTO MOVIMENTOS	41
2.3 LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS VIGENTES SOBRE A PROSTITUIÇÃO	43
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL	46
2.5 OS NÚMEROS DA PROSTITUIÇÃO	49
CAPÍTULO III – A PROSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASTRO/PR: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE E O OLHAR DE ALGUMAS MULHERES QUE FAZEM DA PROSTITUIÇÃO A SUA OCUPAÇÃO	51
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTRO/PR	51
3.2 IMERSÃO, ABORDAGENS E ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DO SEXO NO MUNICÍPIO DE CASTRO/PR	53
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
3.3.1 O que as entrevistadas trouxeram sobre gênero	61
3.3.2 Prostituição e Geração de Renda	64
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – MODELO DE ENTREVISTA	72
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	74

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem início no terceiro ano da graduação, com um estudo exploratório, essa primeira imersão ao tema e até mesmo com o que significava fazer uma pesquisa foi de extrema importância para analisar os possíveis caminhos que a pesquisa pode seguir reconhecendo o tema e suas possibilidades enquanto objeto de estudo.

Desmistificar o entendimento sobre a prostituição não é uma tarefa fácil, a cada parágrafo de leitura, a cada cena de um filme ou documentário há uma surpresa e uma breve saída da minha zona de conforto, lugar esse que, utopicamente, gostaria de sempre permanecer, porém entendo que a atividade existe, que está posta e necessita de discussão.

O desenrolar de uma pesquisa mostra ao pesquisador que pode se tratar de uma tarefa complexa, o ato de pesquisar conta com vários processos, etapas e características pontuais, sendo que se pode destacar duas: ser desafiadora tirando o pesquisador de sua zona de conforto e não corresponder às suas expectativas. Essa pesquisa entre tantos desafios trouxe a questão de compreender que mesmo complexo o tema escolhido necessita de um amplo debate.

Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender em que medida a questão de gênero e geração de renda interferem na decisão de mulheres do município de Castro-PR a se inserirem na prostituição e como objetivos específicos busquei contextualizar historicamente o fenômeno da Prostituição e a questão de gênero, verificar porque a prostituição se torna uma alternativa de geração de renda para mulheres em Castro-PR, buscar a compreensão de mulheres inseridas na prostituição no município de Castro-PR sobre a questão da prostituição e geração de renda e por fim analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres inseridas na prostituição em relação a gênero, geração de renda e prostituição. Sendo a prostituição o tema central deste estudo, há a preocupação em desmembrar a questão histórica do fenômeno, seus determinantes no Brasil e pôr fim a contextualização da atividade no município de Castro-PR.

O caminho percorrido neste ano de pesquisa foi marcado por um mergulho numa questão delicada, a discussão da prostituição por diversos atores com diferentes discursos. Pela sua complexidade, a prostituição envolve discursos, atores e um projeto de sociedade que coloca a mulher num papel de inferioridade.

O estigma carregado por mulheres que se prostituem, é notório e isso não esvazia as possibilidades do debate, essas mulheres carregam consigo o julgamento e o preconceito. Determinados discursos afirmam que o dinheiro da prostituição é conseguido de forma fácil, outros que ela envergonha os que as cercam e conforme o nível de conservadorismo presente, a colocam como necessária a preservação da família, uma vez que faria o que a mulher da casa não faz.

Ser mulher, por si só, é algo carregado de problemáticas que envolvem a discussão do gênero e do patriarcado e nesse estudo essas questões também são levantadas e discutidas. Através de estudos e biografias feministas esta pesquisa aborda o debate da posição da mulher dentro da sociedade, podendo citar aqui autoras como Simone de Beauvoir (1970) através da obra *O segundo Sexo*, Flora Tristan (1940) através da autora Clarisse Paradis (2018) e sua obra *A prostituição no marxismo clássico: crítica ao capitalismo e à dupla moral burguesa*, cito também Adriana Piscitelli (2012) com *Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista*.

Essas são as principais autoras que fundamentaram esse trabalho e brilhantemente contribuem para essa discussão na sociedade, o lugar da mulher e seu papel enquanto sujeito de direitos. A pesquisa proporciona um aprofundamento dentro de questões delicadas, assim como a discussão sobre a prostituição. Durante esse processo, que não se inicia no momento do trabalho de conclusão de curso e sim nas primeiras vivências como mulher adulta, pude perceber que as vulnerabilidades de nós mulheres extrapolam o que nos é exposto.

Gostaria de levantar aqui o meu interesse em abordar a temática como forma de reconhecer a luta dessas e de outras mulheres pela afirmação de direitos femininos ao longo dos anos. Uma vez que eu mesma não fiz o bastante para que isso acontecesse, levando em consideração o quanto já fui sou e serei beneficiada pelo que elas conquistaram, enquanto algumas nem puderam valer-se de suas conquistas

Esse trabalho será escrito em parte, em primeira pessoa, baseado no que coloca bell hooks¹ (2013), a partir da teoria do 'eu', enquanto fortalecimento e mudança social, em que pese minhas impressões, minhas subjetividades e meu posicionamento crítico perante os desdobramentos da pesquisa optei em trazer o eu enquanto mulher, acadêmica e pesquisadora. Przybysz (2017) relata em sua tese "Nem santas nem putas, apenas mulheres: espacialidades de mulheres prostitutas de

baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa-PR” de forma brilhante, o que pontuam as geografias feministas, sendo uma das inspirações para esse trabalho.

Essa pesquisa foi realizada no município de Castro-PR, com o objetivo principal de compreender até que ponto o gênero e a geração de renda interferem na decisão de um grupo de mulheres fazerem da prostituição a sua forma de subsistência.

Demo (1995) pontua que metodologia é o caminho que a pesquisa percorre, os passos a serem seguidos para essa construção. Para Lakatos e Marconi (1990 p.82), não existe ciências sem a aplicação de métodos científicos, para tanto a pesquisa utiliza-se de um conjunto de atividades sistemáticas e racionais chamada de métodos que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo –conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido.

Aqui optei pela pesquisa de natureza qualitativa exploratória, por se tratar de um grupo de difícil acesso utilizarei a ferramenta bola de neve, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, usando como recurso metodológico o levantamento bibliográfico juntamente com a análise documental, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão, Gil (2007 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.35).

É na abordagem qualitativa que acontecem as trocas entre pesquisador e sujeito pesquisado, pois nesse momento o pesquisador consegue apreender a subjetividade do sujeito presente na vida cotidiana do sujeito podendo mensurar as que o mesmo dá para suas vivências pessoais.

Como embasamento para a pesquisa foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e análise documental que;

[...] possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto, (GIL, 1994 APUD LIMA E MIOTO 2007, p. 40).

Como um dos objetivos deste estudo, era trazer também o discurso dos sujeitos da pesquisa, busquei o contato com essas mulheres, para tanto utilizei de uma ferramenta conhecida como amostragem bola de neve.

[...] é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos

e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. (VINUTO, 2014, p. 203).

Para tanto utilizei como ferramenta a entrevista semiestruturada (Apêndice A) com essas mulheres, com intuito de absorver as informações que cada uma tem a passar, visto que se trata de experiências extremamente particulares.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI E QUARESMA 2005, p. 8).

Por se tratar de uma pesquisa que envolve sujeitos, precisa respeitar o viés ético para ter o reconhecimento científico, seguindo os parâmetros próprios para isso, priorizando o bem-estar do sujeito pesquisado e de suas subjetividades.

A resolução 196/96 coloca aspectos importantes quanto à defesa dos direitos humanos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, dentre eles, a elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido; o cuidado em relação aos riscos da pesquisa; às formas de recrutamento dos sujeitos; o ressarcimento dos gastos pessoais e indenização de danos decorrentes de participação dos sujeitos; o estabelecimento de critérios éticos para a quebra de sigilo; a avaliação da relevância social da pesquisa e da confiabilidade sobre a origem das informações. (DINIZ E GUILHEM, 2005 APUD BARROCO, 2005, p. 5).

Este estudo seguiu rigorosamente as regras impostas às pesquisas com seres humanos, sendo submetida à Plataforma Brasil que é o órgão responsável por analisar e dar o aval de conformidade em pesquisas que envolvem pessoas, trata-se de uma base nacional e unificada do Sistema CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) e CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), criado em 1996, com foco na segurança, proteção e garantia dos direitos dos participantes de pesquisa. (BRASIL, 2021). O presente estudo foi aprovado pelo CEP através do parecer número 5.155.398.

Após a aprovação do projeto, levantei a fundamentação teórica e documental acerca do tema bem como a possível estruturação do trabalho, feito através de leituras e fichamento, aqui cabe ressaltar que esse estudo foi realizado em contexto pandêmico onde houve certa dificuldade em que pese a pesquisa. Portanto foi

realizada integralmente de forma online, consultando sites, blogs e publicações disponíveis na internet, cito Portal Capes, Scielo entre outros.

Este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro capítulo traz a exposição da atividade e a historicização do fenômeno no pós Revolução Industrial seguido pela contextualização da prostituição no cenário brasileiro a partir da primeira República juntamente com o posicionamento e o discurso feminista, além de tratar também das questões de gênero como determinações sociais dentro do sistema patriarcal sendo finalizado com a discussão da geração de renda no Brasil tendo a prostituição como forma de subsistência.

O segundo capítulo é constituído pelo entendimento da construção histórica sobre a luta por direitos das profissionais do sexo, o envolvimento dos movimentos sociais, ONGs seguido da análise das legislações e política públicas existentes para o atendimento de suas demandas, fazendo um breve levantamento dos números da prostituição. No terceiro e último capítulo, há a caracterização do município de Castro-Pr juntamente com o perfil das mulheres que fazem da prostituição sua forma de subsistência. Concluo esse trabalho com a discussão dos dados levantados através das entrevistas e com minhas considerações finais.

CAPÍTULO I – PROSTITUIÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O FENÔMENO NO MUNDO A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E NO BRASIL APÓS A PRIMEIRA REPÚBLICA

Este capítulo contextualiza a questão histórica do fenômeno da prostituição no período pós Revolução Industrial ligado às questões morais e de sexualidade. Aqui também serão abordados o discurso e o posicionamento de segmentos feministas e a questão da prostituição no Brasil a partir da Primeira República, juntamente com o entendimento das questões de gênero e geração de renda no país.

1.1 EXPOSIÇÃO DA ATIVIDADE DA PROSTITUIÇÃO, HISTORICIZAÇÃO DO FENÔMENO

A prostituição há séculos é tratada como tabu sendo um tema visto por muitos como espinhoso, proibido em rodas de conversa, encontros familiares e até mesmo dentro de instituições gestoras de políticas públicas incomodando determinados grupos que a enxergam como suja, imoral, indo contra princípios individuais, comunitários e religiosos. Assim sendo para iniciar a discussão ou a exposição sobre o tema da prostituição procuro fazer uma breve historicização acerca do ser mulher e nossa sexualidade.

O que remonta também à moral, uma vez que a sexualidade da mulher está imbricada de questões morais sendo estigmatizada e entendida de diferentes formas por diferentes atores e com diversos discursos, ora se é algo fisiológico, natural e inerente ao ser humano, por quais motivos torna-se imoral, ilegal, pecaminoso ou sórdido? O termo sexualidade surgiu tardiamente, no século XIX:

O uso da palavra foi estabelecido em relação a fenômenos como: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Em suma, tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma "experiência" tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma "sexualidade" que abre para campos

de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência — se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. (FOUCAULT, 1984, p.09-10).

Aqui vemos que o autor trouxe o olhar cultural da sexualidade, ligada a diversos fatores, porém o mesmo coloca que a sexualidade pode ser vista como experiência única de cada sujeito tendo a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade agindo sobre as relações múltiplas, as estratégias abertas e as técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes (FOUCAULT, 1984).

Ao trazer essa breve exposição sobre a sexualidade, busco apenas situá-la dentro da vida das mulheres e por consequência englobá-la ao viés moralista circunscrito no cotidiano na prostituição, ao passo que é sabido da longa história de repressão sexual e regulatória ligada aos corpos femininos.

Quando se fala em relações sociais cotidianas, alguns aspectos impostos pela sociedade e por grupos específicos remetem à moral onde se baseiam as trocas e vivências de diversos indivíduos.

[...] entende-se por moral, um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. (FOUCAULT, 1984, p. 26).

Deixando claro que a intenção aqui não é de julgamento baseado na moral, mas sim de explicitar como a moral é intrínseca ao basear o entendimento de certos indivíduos ou grupos em relação às prostitutas em que pese o discurso da “*moral e dos bons costumes*”. A mulher vem enfrentando o julgamento e a imposição da moral e da repressão de sua sexualidade ou de seus desejos por séculos, doutrinas transmitidas de maneiras difusas que formam um jogo complexo de elementos condicionando os comportamentos dos indivíduos em relação às regras e aos tais valores impostos, gerando o que Foucault (1984), classificou por comportamentos moralizantes.

Demarcar o início do fenômeno da Prostituição é uma tarefa árdua, uma vez que há uma vasta discussão a respeito dessa ocupação, vários teóricos divergem

acerca da temática que popularmente chega a ser tratada pelo senso comum como a profissão mais antiga do mundo e como uma forma de ganhar dinheiro fácil.

Porém tratá-la neste contexto é uma forma de esvaziar seus fundamentos uma vez que falharei em pontuar enfaticamente se a atividade começou hoje ou ontem, portanto não poderei dizer quem foi a primeira prostituta e quem será a última, não quero aqui me incumbir desta tarefa e sim expor que a prostituição existe e que mulheres fazem disso sua forma de subsistência.

Muitas são as definições dadas à prostituição, segundo o dicionário online de português (2009), prostituição na sua forma verbal significa: entregar à devassidão por dinheiro; corromper; desmoralizar, no sentido figurado: degradar, aviltar, desonrar e por último em forma de pronome: entregar-se ao comércio do sexo

A palavra deriva do grego=PORNEIA (Dicio, 2022), prostituição em grego, sendo sempre ligada a degradação, humilhação, promiscuidade, libertinagem ou à venda de serviços sexuais e tem sido tratada como tabu no ocidente, pois é uma atividade estigmatizada e cercada por moralismo e estigmas.

Para entender a prostituição ou para compreendê-la enquanto ocupação, comércio ou qual seja a definição é necessária uma análise no recorte temporal e logicamente às vertentes e fundamentações que lhe são dadas, trazendo também a diferença entre prostituição e prostituta uma vez que existem correntes teóricas e produções significativas sobre a temática.

Prostituta é a mulher, no caso deste estudo, que comercializa o sexo como forma de subsistência logo a prostituição é o ato de se prostituir. A atividade pode ser classificada como alta, média e baixa prostituição sendo que o que difere uma das outras é o valor cobrado pelo serviço.

A baixa prostituição seria aquela desempenhadas nas ruas, enquanto a média prostituição trata-se da realizada em boates, onde a mulher teria mais segurança, já a alta prostituição ocorre em locais mais glamorosos para frequentadores com mais poder aquisitivo (DINIZ, 2009).

A “média prostituição”, analisada por Gaspar, seria aquela praticada em botes e casas de massagem espalhadas por toda a cidade.

Suas praticantes, como regra geral, cuidam e investem na aparência e não estão “expostas” nas ruas. Portanto, segundo sua própria concepção, correm riscos menores que as praticantes da baixa prostituição. Um ponto considerado importante para a opção destas mulheres pelo trabalho em boates e casas de massagem, seria justamente maior segurança, ainda que relativa. O preço do programa nestes lugares costuma variar de acordo com o bairro. Nas casas de massagem o preço é único para todas as garotas e

costuma ser cobrado de acordo com o tempo que o cliente pretende ficar com a garota. já as prostitutas que frequentam boates estabelecem seu próprio preço, e não costumam ter um vínculo muito grande com os donos ou gerentes destes estabelecimentos (CAMARGO, 2005, p. 03).

Essa pesquisa foi realizada com mulheres que se prostituem na cidade Castro-PR, então circulou em todos os cenários da prostituição, boate, bar e pontos de prostituição das ruas da cidade.

A prostituição é campo de debate não somente pelo fato do seu lugar na história, mas também por ser considerada uma das instituições que revela as relações de poder entre homens e mulheres e a moral sexual de cada período histórico (PARADIS, 2018). A partir do século XIX essa discussão toma rumos mais significativos, onde o capitalismo industrial se instaura e passa a ser ponto crucial nas relações na sociedade, tanto pelos debates puritanos europeus como pelo feminismo que tem na figura das sufragistas a luta por igualdade tanto no mercado de trabalho como nas questões da vida cotidiana.

A Revolução Industrial trouxe um elemento significativo à prostituição, pois as mulheres tiveram de enfrentar condições desiguais no trabalho em relação aos homens, prostituir-se em troca de favores, de melhores condições de vida, passa a ser uma opção (PARADIS, 2014).

A recém-formada classe trabalhadora, enfrenta condições adversas nas cidades da Inglaterra do século XIX, entende-se que as condições sanitárias juntamente com o pensamento higienista da época, bem como a falta de emprego para todas as mulheres e obviamente o sistema patriarcal acabaram por fazer da prostituição uma forma de subsistência para esse grupo.

Grupo este que, do ponto de vista da classe dominante, seria um mal necessário para manter a moral burguesa, uma vez que os homens ao procurarem pelas prostitutas para satisfazer seus desejos sexuais acabariam por blindar as esposas e sua pureza.

[...] a consolidação do capitalismo industrial, a moral sexual puritana e as desigualdades entre homens e mulheres influenciaram o perfil do contingente de prostitutas (advindas da emergente classe trabalhadora), as formas de seu exercício (cada vez mais encerradas em zonas e bairros próprios) e a sua legitimidade/marginalização (encarna mal necessário, choca-se e, portanto, reforça ideal de feminilidade, resume “deterioração” moral e sanitária da sociedade industrial). (PARADIS,2018, p.155).

Na Inglaterra as mulheres que sobreviviam da prostituição não estavam somente nas ruas, mas também em salões denominados *finishe*, salões luxuosos que reuniam prostitutas ricamente vestidas, frequentados por jovens aristocratas

(PARADIS,2018). Nessa época, mulheres chegavam a ser denominadas como privadas e públicas, a primeira seria aquela mulher cuja vida era ligada à família, aos cuidados com o lar e para com o marido, já as públicas seriam mulheres da rua que estariam à disposição de qualquer um, atendendo assim as necessidades sexuais dos homens.

Flora Tristan (1803-1844), feminista e ativista teórica pertencente ao grupo dos socialistas utópicos teceu duras críticas à prostituição dessa época, quando esteve em Londres, ela mesma se dirigia aos salões para ver de perto às condições que essas mulheres trabalhavam.

Jamais pude ver uma mulher pública sem ser comovida por um sentimento de compaixão por nossas sociedades, sem sentir o desprezo por sua organização e ódio por seus dominadores que estranhos de todo pudor, de todo respeito pela humanidade, de todo o amor por seus semelhantes, reduzem a criatura de Deus ao último grau de abjeção. A rebaixam para abaixo do brutal! (TRISTAN, 2009, p. 60. APUD PARADIS,2018, p. 220).

Em 1844 Karl Marx (2004) publica o livro intitulado *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, nesta publicação o autor diferencia casamento - entendido como uma forma de propriedade privada exclusiva e a “comunidade de mulheres”, que seria o estado em que elas se tornam “propriedade comum de todos” (MARX, 2008, p. 47). Para o autor a comunidade de mulheres prostitutas estariam diretamente ligadas à propriedade privada, que a base da ordem social burguesa, se o capitalismo não existisse também não haveria a prostituição.

Portanto, a prostituição seria resultado das distorções decorrentes dos valores e práticas burguesas - a hipocrisia e a transformação das mulheres em propriedade (PARADIS,2018).

O advento do capitalismo e a conseqüente Revolução Industrial na sua maioria no setor fabril não trouxe a absorção de todos os trabalhadores, os homens viam nas mulheres uma competição injusta por sua mão de obra mais barata, nessa concepção elas não deveriam ocupar postos de trabalho de forma igualitária a deles.

Esse quadro era reforçado pela dupla moral sexual burguesa, que pregava a prostituição como um mal necessário para manter os casamentos ao proteger a virtude da esposa e atender os desejos sexuais dos homens, Bebel refutou esses argumentos dizendo que essas posições encarnavam o egoísmo masculino ao exigir o celibato apenas para as mulheres, e que o Estado não poderia funcionar em prol do interesse exclusivo dos homens (BEBEL, 1910).

O autor se revoltou com a dupla moral sexual, que exigia a castidade apenas para as mulheres, afinal, assim como os homens, elas também teriam impulsos sexuais. Para ele:

[...] nada ilustra de maneira mais drástica e também revoltante, a dependência das mulheres sobre homens que essa concepção radicalmente diferente concernente à gratificação do impulso natural idêntico e a medida radicalmente diferente pela qual é julgada. (BEBEL, 1910, p. 146).

O recorte histórico feito através da nova roupagem que o capitalismo trouxe para a sociedade é fundamental ao entendimento da prostituição enquanto um fenômeno social, uma vez que não se trata de um fato isolado ou algo que tenha ocorrido de forma pontual durante a história, por estar imbricado na sociedade capitalista.

Não há como falar da prostituição sem falar da propriedade privada dentro da sociedade burguesa e por consequência da construção social da família monogâmica, nesse modelo familiar o poder das decisões é do homem que seria o detentor do poder o dominador e a mulher como figura de submissão com o dever de servir ao homem fazendo suas vontades sendo a dominada.

Assim sendo, pode-se depreender que a monogamia foi necessária enquanto sistema que fosse capaz de organizar a vida econômica em uma sociedade em que se baseia na propriedade privada (TABUCHI; ROMFELD, 2014).

Aqui uma breve contextualização do fenômeno a partir da Revolução Industrial, com o intuito de observar como tudo se deu a partir dessa época.

1.2 O FENÔMENO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No Brasil, há de se observar as particularidades da implementação do sistema capitalista uma vez que a urbanização e a industrialização ocorreram de forma gradativa, em que pese as sanções impostas pela Inglaterra para que o país abolisse e abandonasse o sistema escravocrata até então vigente no país, o que ficou conhecido como capitalismo tardio.

Sabe-se que no período de industrialização no Brasil houve um significativo êxodo rural, onde camponeses migraram para as cidades em busca de trabalho e também a chegada de milhares de imigrantes, fatos que passam a permear as relações sociais na sociedade brasileira. Não há aqui a intenção de suprimir nem de negar os acontecimentos precedentes a esse momento no Brasil, fatos ligados ao

tema deste trabalho, uma vez que o Brasil é marcado pela miscigenação caracterizada por extrema violência física e sexual com mulheres negras e indígenas no período colonial, porém a intenção aqui é trazer a prostituição dentro do sistema capitalista não deixando de reconhecer o significativo papel dessas mulheres na história do país.

No contexto do Brasil República, as transformações urbanas marcadas pelo desenvolvimento industrial vão exigir, através da ideologia burguesa, a construção de novos aspectos político-sociais nas grandes cidades brasileiras. Inaugura-se um período de tentativa de disciplinarização da vida dos trabalhadores (Lima, 2011, p. 51).

A recém-criada burguesia cafeeira buscava se consolidar com a construção de uma identidade étnica positiva no Brasil, e as mudanças que ocorriam nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo perseguiram o progresso e a modernidade como sentimento civilizatório, onde novos lazeres exigiam a busca do prazer, aqui as quermesses nas igrejas já não os satisfazia e a influência glamurosa europeia perpetua a vida noturna através dos grandes cafés, confeitarias e cinemas.

Entravam marinheiros em trânsito, imigrantes estrangeiros ou migrantes de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida, abrindo com isso mercado ao baixo meretrício (GRUMAN, 2006).

Prostituição e modernidade caminhavam de mãos dadas num momento em que havia um esforço por parte de distintos setores sociais no sentido de se auto representarem como uma sociedade que ingressava numa nova era “sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações europeias”. (RAGO 1991:45 APUD GRUMAN, 2006, p. 84).

O pensamento moralizante e coercitivo permeia as relações da época, a família burguesa e suas sociabilidades nas ruas dos grandes centros exige um posicionamento repressivo das forças policiais, aqui o código penal previa a prostituição como crime.

Cresce também a repressão contra bandos organizados que exploravam as mulheres, levando à criminalização do lenocínio pelo Código Penal de 1890 através dos artigos 277 e 278. Segundo este último, proibia-se “induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação. Penas – prisão celular por um a dois anos e multa de 500\$000 a 1000\$000”. No ano de 1907, as penas dos cafetões e cafetinas estrangeiros passariam a incluir a deportação, conforme a lei 1641 de 7 de janeiro. (GRUMAN, 2006, p. 86).

Nesta época ocorria a tentativa de europeizar o Brasil, portanto a cortesã francesa possuía os atributos físicos que a modernização exigia, através da intenção de branquear a população local, onde apenas os brancos eram reconhecidos como cidadãos. Essa mulher coberta joias, exalando os melhores perfumes e reconhecida culturalmente como superior às demais fica conhecida como um dos personagens emblemáticos da prostituição no país.

A ela cabia a iniciação sexual dos jovens estudantes burgueses e a tarefa de entreter os ricos coronéis da época, estas prostitutas gozavam de um nível de vida elevado por conta dos presentes recebidos e do preço que cobravam pelos serviços prestados. O rico empresário ou o político influente, ao consumir o corpo da meretriz “francesa”, consumia, sobretudo, um estilo de vida considerado moderno e civilizado (GRUMAN, 2006).

Desde os anos 1880 até os anos 1920 em que pese a prostituição, houve o que ficou conhecido como fenômeno das “polacas”, intervalo de tempo em que mulheres pobres oriundas das regiões agrícolas e industrialmente atrasadas do continente europeu desembarcam em países da América Latina incluindo o Brasil, a procura de oportunidades, umas já vinham como prostitutas e outras acabavam entrando para a atividade. O termo polaca era usado para identificar as mulheres brancas que eram levadas à prostituição, não havia o discernimento em categorizá-las enquanto nacionalidade, era generalizado por todos ao passo que alguma situação remetia a elas.

Normalmente, as moças chegavam acompanhadas, ou por maridos (em casamentos arranjados para tal finalidade) ou por amantes ou por cafetinas disfarçadas no papel de tias ou protetoras, já que a Polícia dos Portos exigia para as mulheres sozinhas determinados documentos não exigidos aos outros imigrantes: carteira de identidade do país de origem, atestado policial de boa conduta e bons costumes e certificado de exercício de uma profissão lícita ou chamamento de pessoa residente no Brasil. Dentro dos parâmetros sociais da época, a mulher só, até que provasse o contrário, era potencialmente uma prostituta (MENEZES 1992:36, APUD GRUMAN, 2006, p. 90).

Essas mulheres eram aliciadas em seus países de origem principalmente na Polônia com a promessa de emprego, casamento e de uma vida melhor em terras brasileiras, ao chegarem por aqui eram jogadas a própria sorte e conseqüentemente ao mundo da prostituição.

A partir dos anos 1880, passam a ser recrutadas, acompanhando a tendência geral do tráfico de mulheres, nos países da Europa oriental e da Europa mediterrânea. As “polacas” sintetizavam a imagem das mulheres pobres

oriundas das regiões agrícolas e industrialmente atrasadas do continente europeu. (GRUMAN, 2006, p. 87).

Além da Polônia, essas mulheres eram advindas de países como Hungria, Áustria, Rússia, Estônia e Letônia e as características físicas dessas mulheres faziam parte do imaginário de mulher ideal aos olhos dos aliciadores, uma vez que a prostituição na época era composta por mulheres negras recém alforriadas do sistema escravocrata.

Mulheres loiras, ruivas, claras, delicadas, de olhos verdes ou azuis tornavam-se mais misteriosas e inatingíveis para uma clientela masculina seduzida pelos mistérios fantásticos da vida moderna e impulsionada pelo desejo de desvendar física e simbolicamente os labirintos (RAGO, 1991, p. 224).

O tráfico de pessoas para exploração não se tratava de algo novo no Brasil, como sabemos a economia brasileira se pautou nisso por quase quatrocentos anos, então a estratégia em trazer essas mulheres ao país tinha uma única e exclusiva finalidade: o lucro. Os cafetões ou proxenetas como são conhecidos até os dias atuais, faziam a ponte por assim dizer para que as polacas chegassem ao país e através da venda de seus corpos levassem o lucro até eles.

Aqui abro um parêntese para contextualizar os termos citados acima: proxenetas, cafetões e lenocínio, no Brasil todas as três atividades são consideradas crime segundo o código penal, uma vez que a exploração da prostituição por terceiros é criminalizada.

Os cafetões administram um sistema de prostituição, lucrando com o controle de serviços sexuais ofertados por prostitutas, valendo-se de comissões em dinheiro que são recebidas das prostitutas que trabalham sobre o seu domínio, essa figura costuma ser responsável por garantir a “segurança” das prostitutas que trabalham nas ruas ou bordéis, cabendo a ele garantir a distribuição de clientes entre as prostitutas que fazem parte da sua “rede”.

Por norma, a relação que o cafetão mantém com as prostitutas é abusiva e baseada na agressão, seja ela física ou psicológica, o cafetão pratica o chamado proxenetismo ou lenocínio, por este motivo também é conhecido por proxeneta.

O Código Penal Brasileiro dispõe em seu Capítulo V Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa Para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual (BRASIL,1940), abrangendo o desde o artigo 227 ao 232 sobre os crimes de exploração sexual para obtenção de lucro e as respectivas penas se o crime for

cometido, devemos observar que o código consta da data de 1940 e o contexto histórico da vinda das polacas ao Brasil data dos anos 20, porém há a necessidade de esclarecer a terminologia abordada para melhor compreensão do leitor.

Com a intenção da classe burguesa de modernizar e europeizar o país para civilizá-lo, tornando os centros das cidades limpos e bem vistos o, que aos olhos deles não combinava com a vida mundana da prostituição, ocorre a periferização da prostituição, o meretrício (termo usado na época), é empurrado para as regiões distantes dos grandes centros onde as polacas passam a compor o que fica conhecida como baixa prostituição. Passa a existir a hierarquização da prostituição, dividida em alta, média e baixa prostituição.

Em São Paulo, a reforma urbana de 1911 alterou a “geografia do prazer”, empurrando as meretrizes para as partes mais distantes da cidade. Os bordéis ficaram confinados ao bairro do Bom Retiro (com intensa concentração de imigrantes judeus neste período), próximo às estações ferroviárias da Sorocabana e Santos-Jundiaí. No Rio de Janeiro, a criação da Zona do Mangue, em 1870, paulatinamente passou a concentrar o baixo meretrício, expulsando as “proletárias do sexo” do centro da cidade, condicionando-o a determinadas regiões e estabelecimentos. O centro da cidade deveria ser “higienizado” para que as famílias pudessem passear pelas ruas admirando as vitrines e tomando um lanche nos cafés e confeitarias recém-inaugurados (GRUMAN, 2006, p. 91).

Nesse período ocorre que as exigências da industrialização e urbanização solicitam a presença das mulheres nos espaços públicos, porém havia uma certa seletividade nessas condições, onde para as mulheres ricas era posto que se preocupasse com a educação e o preparo para o casamento, com a estética, com a moda e com a forma de se portar nesses espaços de convivência como nas escolas criadas para os filhos das famílias abastadas, por outro lado às mulheres pobres era oferecido os postos de trabalho de baixa remuneração como o cuidado com as casas elegantes, pequenos comércios e afins.

Nos anos 50 ocorre o período de ascensão da classe média e sua visão ultraconservadora onde ampliam-se o acesso à informação, lazer e consumo, a prostituição nesse momento é vista como caso de polícia, uma questão criminosa não tendo nenhum tipo de regulamentação.

Num outro momento, nos anos 1960, fica marcado pelas grandes lutas em torno do reconhecimento da profissão com atuação mais rebelde e transformadora (LIMA,2011). Em que pese os estudos sobre a prostituição no Brasil no século XX, demonstram-se moralistas, carregados por estigmas, higienistas, trazendo essas mulheres como desviantes e fora da moralidade social

Considerada pelo meio médico-sanitarista como transmissora de doenças sexualmente transmissíveis, partindo do princípio de que as prostitutas constituíam uma ameaça à saúde pública. Assim definiam o perfil das prostitutas, bem como das mulheres em geral. As prostitutas seriam preguiçosas, avessas ao trabalho, e perseguiam o prazer. Não poderiam ser consideradas honestas. Tal visão sexista, via a mulher como uma prostituta em potencial (LIMA, 2011, p. 54).

Nesse contexto, a marginalização dessas mulheres era pautada no discurso conservador da época, onde a visão de moralidade colocava as mesmas à margem de uma sociedade que não se preocupa em inserir todos de forma igualitária e equitativa principalmente dentro do mercado de trabalho.

O Brasil apresentava na época um avanço em relação a vários setores do país e realizar a discussão a respeito do fenômeno da prostituição sem esse retorno na história torna-se delicada quando não há essa abordagem, é necessário compreender que a prostituição acaba se inserindo dentro do contexto que o país se encontra e obviamente acaba sendo influenciada por determinados atores e seus discursos.

1.3 SURGE O DISCURSO FEMINISTA

É impossível realizar a discussão da temática sem trazer as vozes das mulheres a respeito desse assunto, coloco isso pelo fato de que a história na maioria das vezes é contada por homens, a partir daqui irei esboçar o pensamento de novos atores dentro das análises da prostituição: as feministas.

O feminismo surge como a discussão de mulheres que buscam igualdade de direitos e lutam contra a opressão baseada no gênero, na história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra esse tipo de situação, então pontuar o início do feminismo ou da luta as mulheres por reconhecimento torna-se dificultosa ao passo que sempre houve mulheres à frente do seu tempo se posicionando em favor da igualdade.

A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010, p.15).

No Brasil como já citado neste estudo, sempre houveram particularidades que envolvem determinadas temáticas, as discussões sobre o feminismo não se diferem pois aqui também sempre houveram mulheres ativas à frente do seu tempo e na luta

pelos direitos e contra as opressões que permearam e permeiam relações de dominantes e dominados.

O combate ao patriarcado, sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder, e onde o gênero masculino e a heterossexualidade são superiores em relação a outros gêneros e orientações sexuais, sendo possível verificar uma base de privilégios para os homens, é um dos pilares da luta feminista.

Esse feminismo perde força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960, época que se consolida como a segunda onda do feminismo, com vertentes vindas da França e dos Estados Unidos, que possuíam discursos ligados à sexualidade e contracepção, aborto, organização de grupos de reflexão sobre o corpo e à sexualidade e a reprodução (PISCITELLI, 2012).

No Brasil a segunda onda tem seu advento no período ditatorial que em 1964, se consolida com o golpe militar, nesse momento as feministas tinham suas pautas baseadas na discussão acerca da democracia, direitos políticos, e às lutas específicas contra a dominação masculina, a violência contra a mulher e pelo direito ao prazer sendo influenciadas por informações que transitavam entre as fronteiras, porém aqui o tema da prostituição não era discutido em vigor.

As narrativas de feministas ativas nesse período, de prostitutas e de material documental sugerem que, embora a prostituição não constituísse um dos grandes temas do feminismo, ela gerava interesse. As discussões sobre o tema deram lugar a novas percepções sobre a sexualidade, mas também a ambivalências. (PISCITELLI, 2012, p.14).

A terceira onda do feminismo no Brasil se consolida nos anos 1980-1990, sendo que após a democratização, ocorre o que fica conhecida como a fase da profissionalização do movimento e sua inserção no estado através das ONGs e da discussão pautada na redemocratização do país a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política.

O propósito em trazer o feminismo para essa discussão está na questão do posicionamento que as vertentes feministas têm em relação à prostituição, uma vez que a intenção aqui é analisar a prostituição enquanto fenômeno social e não fazer juízo de valor acerca da atividade.

Cabe salientar que o movimento feminista é caracterizado pelas vertentes de pensamento, Laura Reif (2020) fez essa análise dentro do Instituto Azmina pontuando as principais: o feminismo liberal, considerado o mais antigo que no século XIX que

visa promover a igualdade entre homens e mulheres por vias institucionais de forma gradativa sem abalar as estruturas mas sim inserir as mulheres dentro delas, essa corrente de pensamento está centrada no indivíduo mulher e na sua liberdade de escolha onde o lugar dos homens é ao lado das mulheres essa vertente recebe críticas por buscar a equiparação de direitos mas não combater as desigualdades causadas pelo capitalismo.

Esses apontamentos começam a ser colocados por uma corrente de pensamento que defende, investiga e explica como o capitalismo e a propriedade privada oprimem as mulheres, opressões que não existem somente por conta do machismo, mas também pela forma de organização econômica no capitalismo que reduz o papel de participação da mulher dentro do mercado de trabalho onde essa luta se solidifica não somente na busca por sua emancipação no trabalho, mas também dentro da família.

Essa corrente é criticada por valorizar excessivamente a condição econômica da mulher e não pontuar a dominação e exploração que também tem origens culturais e raciais questões essas estruturantes da sociedade.

O feminismo interseccional parte do entendimento de que as opressões direcionadas às mulheres vão além da questão de gênero que devem ser considerados enquanto bandeira e vem sendo reivindicado por mulheres lésbicas e outros grupos de mulheres que acreditam que não há uma mulher universal mas sim vários grupos de mulheres com questões específicas e que demandas de mulheres brancas se diferenciam de mulheres negras que diferem das mulheres indígenas, esse feminismo nasceu como uma crítica ao feminismo branco, trazendo uma maior troca de experiências entre mulheres e considerando que o patriarcado só poderá deixar de existir se todas essas diferentes mulheres se unirem.

Outra vertente presente dentro do movimento feminista, ficou conhecida como feminismo radical, aqui o pensamento de que o corpo da mulher é objetificado pelo patriarcado é a característica fundante desse segmento, para essas mulheres as questões estruturais da sociedade são as causas das desigualdades entre os gêneros que aqui nem devia existir enquanto categoria.

Em suma o feminismo radical acredita que não deveriam existir os papéis sociais associados às características físicas masculinas e femininas entendem mulheres e homens da maneira biológica: mulher tem vagina e homem pênis, mas isso não significa que as mulheres devem corresponder aos estereótipos de gênero

impostos sobre elas, as mulheres que seguem essa linha de pensamento se posicionam contra a prostituição e a pornografia, pois seriam ferramentas dos homens para objetificar as mulheres e explorar seus corpos.

Não podemos deixar de mencionar nesse breve estudo, o imprescindível papel do feminismo negro caracterizado pelo entendimento de que o feminismo branco não representa a mulher negra uma vez que além das opressões sofridas há também a questão do racismo. O feminismo negro no Brasil inclui pautas como o genocídio da juventude negra, preconceito contra religiões de matrizes africanas e tantas outras vivências que as negras possuem (solidão da mulher negra, por exemplo), que as brancas não conhecem.

Cabe salientar que a discussão feminista é amplamente maior do que a exposta neste momento, porém não é minha intenção me aprofundar nessa temática e sim trazer o papel feminista como atores dentro da discussão da prostituição.

Em que pese o posicionamento desses grupos em relação à prostituição de mulheres existem duas pautas, a das feministas que se posicionam a favor da regulamentação da prostituição enquanto atividade, pensamento duramente rebatido pelas feministas abolicionistas que vêem a atividade como exploratória do corpo feminino.

As análises abolicionistas remontam ao século XIX sendo intimamente ligadas ao movimento feminista europeu tinha como proposta abolir a regulamentação da prostituição presente em diversos países (PISCITELLE,2012), essa discussão pautava-se no entendimento do contexto em que estavam inseridas.

A regulamentação estava organizada através de um amplo dispositivo de controle: pessoal; local; sanitário e policial. As abolicionistas lutaram contra a arbitrariedade médica, policial e religiosa à qual eram submetidas as prostitutas, considerando-se como libertadoras de escravas, mas, a defesa das prostitutas, tidas como vítimas de um sistema imoral, estava associada à realização de cruzadas de purificação, (PISCITELLE, 2012, p.20).

Esse momento da história é marcado por um cenário higienista, de proibições direcionadas a grupos e segmentos como o das prostitutas, no entanto o abolicionismo assim como outros segmentos evolui e se modifica e cria novas roupagens, houveram algumas narrativas pontuais acerca do abolicionismo como o tráfico sexual e em 1949 a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico de pessoas e a exploração da prostituição alheia, considerada um dos documentos mais representativos desse movimento possuía traços abolicionistas como:

[..] 1 considerar a prostituição como incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana, pondo em perigo o bem estar do indivíduo, da família e a comunidade; 2) a fusão entre prostituição e tráfico de pessoas; 3) a rejeição a qualquer indício que sugerisse tolerância legal em relação à prostituição; 4) o compromisso de criminalizar o entorno da prostituição e 5) o ponto mais definitivamente abolicionista: considerar quem exerce a prostituição como vítima e, portanto, fora do alcance de qualquer intervenção penal, (MAQUEDA, 2009 APUD PISCITELLE, 2012, p.21).

Nos anos 70 surge um novo olhar sobre o fenômeno da prostituição, a diversificação e sua relativa normatização juntamente com as novas formas de enxergar a sexualidade caracterizam as mudanças do abolicionismo antes vinculado à moralidade e ao pecado, condicionantes da violência contra as mulheres. A prostituição passa a tornar-se símbolo dessa violência e as prostitutas, ainda são consideradas escravas que devem ser libertadas (PISCITELLE, 2012).

Atualmente o movimento feminista abolicionista é amplo e abrange não somente a questão da objetificação dos corpos femininos e o fato de não haver um protagonismo das mulheres em que pese as decisões sexuais uma vez que essas relações não possuem prazer mutuo, mas discute também todas as questões que permeiam, o que chamam de sistema prostitucional.

Esse sistema abrangeria não somente as mulheres que se prostituem, como também os homens que compram seus serviços, a indústria em torno da prostituição e os que lucram com a atividade como componentes desse sistema que perpetua as opressões sofridas pelas mulheres.

Para as abolicionistas, a mulher é hiperssexualizada desde jovem sendo ensinada a servir ao homem e a glamourização da prostituição está pautada em questões mais profundas, como questões políticas e sociais sendo a desigualdade social e a pobreza as principais delas.

[..] considera a prostituição como violência sexista, que foram parte de um continuum que se inicia na publicidade, inclui espetáculos, o mercado matrimonial, a pornografia e culmina na prostituição. Nessa visão, a articulação entre patriarcado, estratificação social e a vulnerabilidade, resultado de carências afetivas e de violências físicas e sexuais vividas na infância, explica a prostituição das mulheres. Essa versão de abolicionismo nega qualquer forma de prostituição livre. Nesse contexto nasce outro grande princípio do abolicionismo radical, a negação do direito a prostituir-se tido como contrário aos direitos humanos universais. Nessa linha de pensamento, a prostituição é exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização abusiva da sexualidade de uma pessoa, anulando os seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem-estar. Por esse motivo, o abolicionismo radical pretende penalizar ao cliente, culpável de violar os direitos humanos das mulheres na prostituição, (PISCITELLE, 2012, p. 21).

Em contrapartida encontram-se o movimento que se posiciona a favor da regulamentação da atividade e também não trata-se de uma discussão atual, esse posicionamento se modifica em cada contexto histórico e remonta há séculos anteriores com publicações que já traziam essa temática, autores como Mandeville (1724) que apesar de conhecer a prostituição como um vício e um perigoso problema social, para ele esse sistema de regulamentação passaria pelo controle estatal de bordéis e recolhimento de impostos da prostituição sendo a chave para acabar com a proliferação de doenças venéreas, a sedução das mulheres casadas, o estupro das solteiras e com a masturbação masculina, considerada série desordem que levava à loucura (DITMORE, 2006 apud PARADIS, 2017 p. 95).

Também considerava que a regulamentação beneficiaria o comércio, já que os homens gastariam menos tempo cortejando as mulheres para satisfazer seus apetites sexuais. Aqui a discussão sobre a regulamentação ainda estava imbricada em questões morais e conservadoras, que coloca o estado como mantenedor dos corpos das mulheres lucrando com seu trabalho sexual uma vez que não respeita a autonomia feminina, esse olhar é duramente criticado pelas abolicionistas e permeia as discussões expostas aqui.

Esse contexto da moral sexual na Europa do século XVIII demonstra que as questões sobre a sexualidade e o lugar das mulheres nela, estavam fortemente associadas ao debate político no período, dimensão negligenciada nos estudos de teoria política. De um lado, novas práticas sexuais foram difundidas e, de outro, ansiedades e repressões foram forçadas. O lugar da prostituição estava fortemente associado à visão sobre a economia, a família, a demografia e a divisão sexual do trabalho, (PARADIS, 2017, p. 96).

No Brasil, essa discussão também surge num cenário higienista, tendo com umas das pioneiras nessa discussão Gabriela Silva Leite prostituta e ativista que discutiu não somente a regulamentação da atividade como também a proteção do estado através de políticas públicas.

Portanto, a ideia inicial do regulamentarismo não era fundamentada no interesse de resguardar os direitos das prostitutas; ao revés, objetivava isolar a prostituição das demais atividades e confinar as prostitutas a locais afastados do centro das cidades. Atualmente, o regulamentarismo funda-se na proteção e na efetividade dos direitos das prostitutas. Esta tendência mundial, tendo como expoentes a Holanda, o Uruguai, a Bolívia, a Alemanha etc. Nesses locais, a prostituição está sob responsabilidade estatal para facilitar o combate à exploração sexual de mulheres, evitar a discriminação sofrida pelas profissionais do sexo e angariar mais tributos para o país, (PINHEIRO E JUCÁ, p.251-252).

Monique Prada (2019), prostituta e feminista pontua em seu livro intitulado Putafeminista, um misto de ensaio e manifesto, as ideias que servem de base para a publicação e um movimento que dá voz às trabalhadoras sexuais e fortalece a luta dessas mulheres por direitos e contra a opressão, sem que para isso precisem abrir mão de seu trabalho ou se envergonhar dele.

Atualmente a discussão da regulamentação da prostituição conta com diversos atores que acreditam que a regulamentação não só iria traçar as diretrizes da atividade como daria a essas mulheres a decisão sobre seus corpos, reconhecendo-as como sujeitos de direitos. Há projetos em tramitação, os quais serão expostos em outra sessão do estudo.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE GÊNERO E AS SUAS DETERMINAÇÕES SOCIAIS DENTRO DO SISTEMA PATRIARCAL

Ao dar início a esse tópico é necessário entender o que é gênero e identidade de gênero, pois sem essa contextualização não há como realizar a discussão acerca dessa questão como determinante das relações sociais e muito menos dentro do fenômeno da prostituição.

A palavra gênero tem origem no latim *generu, genere, "nascimento, origem"*, trata-se de um substantivo masculino que, num conceito generalista, agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas em comum, ou até a maneira de ser ou de fazer (DICIO,2021). Assim como outras palavras, gênero também se encaixa em vários segmentos do cotidiano, na biologia, remete ao grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas e afins (DICIO, 2021).

O Termo gênero também se explica e se fundamenta na diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais (DICIO, 2021). O que constantemente ocorre é confusão nas terminologias, quando nos valem do senso comum ao colocarmos todas as definições sobre gênero em um só pacote.

O gênero é bem mais que o sexo biológico que o indivíduo carrega, assim como as características físicas, portanto, é importante enfatizar que o gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo, sendo vinculado a construções sociais, não a características naturais.

[..] gênero pode ser considerado na perspectiva dos papéis sexuais, e/ou da distinção sexo/gênero ou em leituras que contestam essa distinção. Ao mesmo tempo, essa categoria pode ser pensada privilegiando as dimensões representacionais, ou o plano das identidades, isto é, à maneira como se constitui o sentimento individual ou coletivo de identidade. (GROSSI,1999 APUD AUGUSTIN, 2005, p.12).

As questões de gênero estão imbricadas na sociedade antes mesmo que houvesse um debate sobre, porém, o entendimento é imprescindível, como pontuado há uma distinção entre identidade de gênero e orientação sexual. Quando se trata de identidade de gênero, diz respeito ao gênero com o qual uma pessoa se identifica, isso independe das características físicas, sendo relacionada com a identificação de uma pessoa com o gênero masculino ou feminino (POLITIZE, 2021).

Já a orientação sexual independe também do sexo biológico, refere-se ao que cada pessoa pensa e sente sobre si própria e sobre a sua afetividade e sexualidade e por quem se sente atraído afetiva e sexualmente. Essa breve reflexão nos remete ao que são denominadas questões de gênero ou relações de gênero que são produtos de um processo iniciado no nascimento e que continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania (POLITIZE, 2021).

Desde o início deste estudo procurei pontuar como recorte temporal, a Revolução Industrial e conseqüentemente o advento do capitalismo. Procurei fazer essa limitação dentro da discussão, visto que dentro de qualquer pesquisa há essa necessidade, recortar historicamente para poder dar aporte ao que for sendo levantado.

Em que pese a discussão sobre gênero, colocada aqui como uma das categorias de análise ligada também com a questão da prostituição, dou início pontuando o ser mulher. Ainda dentro de ventre de nossas mães, nos é designado se seremos homens ou mulheres, nossa estrutura física, nossos genitais e o que sempre foi posto e determinado culmina no que somos: homem ou mulher.

A mulher é vista fisicamente desde o nascimento, com laços, cores e ensinamentos baseados na cultura do estereótipo, ora, se não demonstrar sua feminilidade é por que tem algo errado.

As características físicas e o sexo biológico determinam que essa pessoa será uma mulher ou um homem, e à mulher há a imposição da submissão, do cuidado, da proteção e principalmente os padrões de beleza colocados desde criança. Simone de

Beauvoir (1970) em sua obra intitulada O Segundo Sexo, discute esse papel social da mulher, a autora foi uma das pioneiras na discussão sobre gênero e nas primeiras páginas de sua obra, pontua a questão da imposição de gênero, onde questiona o que é ser mulher e pontua.

Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu. (BEAUVOIR, 1970, p.12-13).

A mulher sempre esteve sujeita à existência do homem, sendo o outro sexo ou o segundo sexo, se existe o homem daí existe a mulher, que não era vista como um ser único e sim como alguém condicionada ao homem, seu dominador. E essa opressão, até hoje vigente dentro da sociedade, não surge apenas como uma condição social e sim humana, inerente à mulher.

Cabe aqui o entendimento de que a discussão sobre gênero não é algo atual e sistêmico, essa pauta vem crescendo junto com os papéis femininos dentro das sociedades. A Revolução Industrial assim como o movimento das sufragistas e o movimento feminista são momentos que exigiram o protagonismo feminino.

Logicamente não se intenciona aqui diminuir o significativo papel das mulheres predecessoras a esses momentos, pelo contrário, entende-se sua fundamental cooperação para que ocorressem mudanças significativas nas relações sociais a partir dali. O que precisamos esclarecer é que a opressão dirigida a nós mulheres remonta a história da humanidade, que já passou por momentos onde as sociedades matriarcais faziam-se presentes, mas que se consolida majoritariamente no patriarcado.

O patriarcado é um sistema ideológico e de práticas sociais, materiais e imateriais, que atribui e naturaliza a superioridade do sexo masculino (na figura simbólica do pai) sobre o sexo feminino. Considerado uma construção social, o patriarcado funda e alimenta relações de gênero que determinam os papéis sociais e simbólicos atribuídos ao feminino e ao masculino, opondo-os em dicotomias subalternizadoras do gênero feminino. Assumindo diversas formas, e utilizando variados instrumentos de opressão, o patriarcado é, portanto, um sistema de relações de poder, desiguais e hierárquicas, baseadas no controle do masculino sobre o feminino (BATINDER, 1985).

O patriarcado usa as próprias mulheres para a reprodução desse sistema, desde pequenas cabe a mãe os ensinamentos e a educação dos filhos, os quais muitas das vezes são criados de forma diferente em que pese o sexo biológico da

criança. Para o menino cabe o esporte, os brinquedos que demonstram força e dominação, sem muitas responsabilidades dentro do lar, enquanto às meninas é imposto aprender a cuidar, se responsabilizar pelo lar e com os filhos, aprender a cozinhar e principalmente a se submeter ao marido e a outros homens que fazem parte de sua vida.

Esse sistema de opressão, circunscreve não apenas as relações íntimas, se legitimando também na vida pública. O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolúvelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. (BEAUVOIR, 1970, p.13-14).

A mulher teria que resistir até mesmo a violência, para manter a família ou o fato de que, segundo os preceitos patriarcais, só se realizará enquanto mulher, tornando-se mãe. São inúmeras as imposições deste sistema às mulheres em diversos contextos, vida familiar, mercado de trabalho, espaços políticos e de liderança.

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. (BEAUVOIR, 1970, p.13).

Sendo a questão de gênero um campo de disputas e de determinações, o que emerge nessas trocas é o que seria também um fio condutor do fenômeno da prostituição? As feministas radicais, como já pontuado neste estudo, pontuam que a prostituição assim como o mercado pornográfico, exploram as mulheres sexualmente uma vez que as mesmas não teriam escolha dentro destas relações.

O sistema prostitucional se vale do lucro gerado pela exploração de corpos femininos, assim sendo a mulher sempre ocupa a posição de subordinada ou de oprimida em relação aos homens. Vale pontuar que o intenso debate acerca da questão de gênero tem trazido para a discussão não só a questão das relações

íntimas de homens e mulheres, mas também a posição da mulher como um todo dentro da sociedade, uma delas é a questão da renda e do trabalho.

A prostituição torna-se forma de renda para mulheres em posição de vulnerabilidade social, como já exposto ao tratar da média e da baixa prostituição, falo de um grupo específico de mulheres que veem na prostituição uma forma de subsistência, não somente dela, mas também de quem depende dela.

1.5 A GERAÇÃO DE RENDA DE MULHERES NO BRASIL: PROSTITUIÇÃO COMO FORMA DE SUBSISTÊNCIA

Vivemos numa sociedade capitalista, tendo o lucro como objetivo, vendemos nossa força de trabalho como forma de subsistência. Determinados grupos com mais oportunidades e outros com poucas ou nenhuma possibilidade de escolha dentre as oportunidades que se apresentam.

A divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres. Essas hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho não encontra, no entanto, um limite nas vantagens de classe e de raça – impacta as mulheres por serem mulheres, ainda que isso não signifique padrões resultantes comuns. A divisão sexual do trabalho doméstico implica menor acesso das mulheres a tempo livre e a renda, o que tem impacto nas suas possibilidades de participação política e nos padrões que essa participação assume. (BIROLI, 2013, p.721).

O mercado de trabalho é marcado pela divisão frágil de oportunidades que não começam apenas quando chegamos na idade de trabalhar, mas já se expõem na nossa idade escolar, onde nem todos conseguem chegar até uma universidade ou em outras formas de especializações. O acesso à renda é marcado por desigualdades presentes no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho é pertinente à discussão da inserção de algumas mulheres no sistema prostitucional.

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. (BEAUVOIR, 1970, p.14).

A condição da mulher em que pese o acesso a renda é caracterizada por obstáculos. Para uma mulher em idade produtiva, a inserção ao mercado de trabalho é marcada pela questão de gênero, uma vez que lhe são impostas, por exemplo, situações vexatórias como ser questionada pelo fato de ser ou querer ser mãe.

Quando já está empregada, são as mulheres que abrem mão do emprego para se responsabilizar pelos filhos ou com alguém da família que necessite de cuidados especiais. A jornada da mulher não é apenas do seu trabalho fora do lar, mas sim se divide em duas ou três jornadas, não deixando de mencionar o fato de ter uma remuneração menor do que a dos homens.

Com todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa. Isso se dá mesmo quando, como acontece no Brasil de hoje, acompanhando tendências verificadas em outras partes do mundo, as mulheres têm mais tempo de ensino formal que os homens e são a maior parte dos indivíduos que completam o ensino superior. (BIROLI,2016, p.718).

A divisão sexual do trabalho, assim como a distribuição das riquezas socialmente produzidas, não se pauta apenas no gênero, mas também na raça e nas condições sociais, não se tratando de um grupo homogêneo. A mulher da classe dominante pode até não dominar o homem de sua classe, mas se vale da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada (SAFFIOTI,2013).

A prostituição seria uma das formas de precarização do mercado de trabalho ao passo que se coloca para algumas mulheres como única opção de renda. É imprescindível ressaltar que o que o feminismo radical coloca, que onde não há uma escolha trata-se de uma forma de exploração. Às mulheres prostitutas é posto que ganham a vida de forma fácil, carregando o estigma e o preconceito de toda uma sociedade.

Ora se a elas não é garantido uma forma digna de trabalho, exercendo assim não só seus direitos como cidadã, mas também seus direitos como ser humano, o que as resta é vender seu trabalho sexual, alugando o seu corpo. Classifico que até mesmo a falta de vagas em creches para todas as crianças, seriam um dos determinantes da exclusão das mulheres do mercado de trabalho, considerando o fato de que apenas as mulheres se eximem do trabalho formal para se dedicarem ao cuidado com os filhos.

Trata-se aqui de um projeto de sociedade que exclui, subjuga e oprime corpos femininos, as deixando à margem de tudo que é construído socialmente. A exposição de mulheres a violência e a vida na prostituição, não apenas retrata o modelo de sociedade conservadora e patriarcal como determina o futuro de seus filhos, uma vez que esses tornam-se também frutos dessa sociedade que exclui e inviabiliza oportunidades iguais a todos.

Como parte desse processo, são ativados filtros que incidem sobre as mulheres no acesso a ocupações e no acesso ao âmbito da política institucional, constituindo padrões sistemáticos de exclusão e de marginalização. Elas constituem, assim, um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho não remunerado, direcionado a ocupações específicas, relativamente menos remunerado no trabalho e sub-representado na política. (BIROLI,2013, p.721).

Esse estudo está sendo realizado nos anos de 2021-2022, período no qual o Brasil e o mundo quase atingem dois anos da Pandemia do novo Corona vírus-COVID 19. Isso tornou-se mais uma particularidade determinante na divisão sexual do trabalho.

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), divulgou um estudo minucioso em relação às ocupações e identificou como as desigualdades associadas a sexo, raça/cor e idades no mercado de trabalho foram afetadas pela crise da pandemia de 2020. A pesquisa mostrou por meio de indicadores que foram mais afetados, no período, grupos populacionais mais vulneráveis: mulheres, negros e jovens (IPEA,2021).

Os pesquisadores usaram como base os dados da PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao considerar o primeiro e o segundo trimestre de cada ano do período entre 2012 e 2020.

Os indicadores mostraram que as mulheres seguem em desvantagem em relação aos homens. No segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação delas (46,2%) era inferior à do sexo masculino (64,8%). No mesmo período de 2020, houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% para os homens. Mesmo antes da pandemia, as mulheres já possuíam uma maior chance de mudar da situação de ocupada para inativa e também uma menor chance de entrar na condição de ocupada; no entanto, a crise intensificou ainda mais essas probabilidades. (IPEA,2021).

Esse estudo esclarece o fato que venho expondo aqui, a mulher é subalternizada desde o nascimento, a nós são direcionados os piores cargos, os menores salários e a exposição e todo tipo de violência. Quando a mulher se torna uma prostituta, passa a ser moralmente estigmatizada e marginalizada, mesmo que a ela tenha sido negado tudo o que lhe era direito.

Quanto ao mercado de trabalho e essa divisão que estamos tratando, é maior que um breve entendimento, pois, não podemos deixar de mencionar o recorte racial e social que há dentro de todo esse processo.

O fato, é que se faz necessário esse olhar frente a situação da mulher dentro de toda essa discussão, e entender que nem sempre a prostituição é uma escolha e sim a última opção.

CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA SOBRE A LUTA POR DIREITOS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO: O ENVOLVIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGs, E AS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO DE SUAS DEMANDAS

Este capítulo aborda a construção da discussão acerca dos direitos das profissionais do sexo no Brasil, ligando esse debate aos movimentos sociais e ONGs. Sendo complementado pela exposição das legislações vigentes e as políticas públicas existentes com o tema da prostituição.

2.1 A PROSTITUIÇÃO ENTRA PARA O DEBATE

Ao começar a exposição sobre a luta das mulheres que fazem da prostituição sua forma de subsistência são necessárias algumas argumentações primárias em que pese a existência do fenômeno. Independente do posicionamento enquanto pesquisadora, entendo que o fenômeno existe e está posto, não há como negar, portanto, a discussão e o entendimento da atividade são imprescindíveis.

Uma vez compreendido que a prostituição existe enquanto fenômeno social e como determinante ou consequências de expressões da questão social, como violência contra a mulher, hierarquização dos espaços urbanos, fome, desemprego e principalmente pela desigualdade de gênero dentro do mercado de trabalho, aqui trago a posição de algumas das mulheres que se organizaram e começaram a discutir, no seu lugar de fala enquanto prostituta, entendendo que se faz necessário compreender que a discussão nem sempre é feita por essas mulheres e sim por outros personagens que não vivenciam o cotidiano da prostituição.

Como já citado neste estudo não há como pontuar qual foi a primeira prostituta da história e muito menos quem será a última, no caso das lutas por reconhecimento dos direitos dessas mulheres há de se compreender que ocorreu de forma gradativa concomitantemente com a luta feminista em suas diferentes vertentes. No momento que a mulher passa a ter papéis diferenciados dentro da nossa sociedade também

ocorre o entendimento de que os direitos da mulher prostituta teriam que ser problematizados.

Também pude observar que o tema da prostituição vem sendo tratado e discutido nas áreas da saúde e da segurança pública em que pese à prevenção de ISTs (Infecções sexualmente transmissíveis) e hierarquização dos espaços públicos.

As zonas de prostituição foram sendo empurradas para regiões periféricas, distantes das regiões centrais das cidades, fato esse ligado às intenções de higienização social, uma vez que, aos olhos dos conservadores seria necessária essa “limpeza” dos espaços públicos, desta forma os atores envolvidos buscaram o reconhecimento e trouxeram para a arena de discussão a questão da prostituição.

A seguir trago uma breve exposição do movimento em torno das lutas por direitos dessas mulheres em que pese o envolvimento dos movimentos sociais, ONGs, legislações vigentes e políticas públicas direcionadas a elas. Sabe-se que todo movimento social nasce de ações e demandas coletivas e individuais, assim ocorre também com as profissionais do sexo, vistas como questão de polícia desde a construção das primeiras cidades do país onde as relações eram marcadas por violência, coerção, estigmas e uma total desproteção social.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS DO SEXO ENQUANTO MOVIMENTOS

Uma conquista significativa para as prostitutas, foi a instituição do dia Internacional da Prostituta que remete a 2 de junho de 1975, quando 150 profissionais do sexo ocuparam a Igreja Saint-Nizier, em Lyon, na França, para protestar contra a discriminação e a violência por parte do estado, essa data é festejada anualmente há mais de quatro décadas, desde 1976 (HELENE,2017).

No Brasil sempre tivemos mulheres ligadas à causa, e a resistência desse grupo também sempre existiu independente da época, como se sabe todo fenômeno social está imbricado dentro de contextos históricos.

A primeira manifestação pública de prostitutas conhecida no país foi uma passeata realizada em São Paulo, na Avenida São João, em 1979. Contra a brutalidade policial na região da “Boca do Lixo” - que havia causado a morte de duas transexuais e uma grávida - milhares de prostitutas fecharam as ruas do centro da cidade como protesto (HELENE, 2017, p.04).

Aqui surge uma personagem extremamente relevante na luta pelo reconhecimento dos direitos das prostitutas, Gabriela Leite, prostituta e ativista na

causa das profissionais do sexo esteve presente nessa manifestação e em seu livro relata a seguinte passagem.

[...]”se nós conseguimos realizar aquilo com o centro de São Paulo, é porque dava pra fazer outras coisas mais. No auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotavam na minha cabeça: “Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente?” “Porque a gente não se organiza contra a violência policial?” Comecei a ver nisso um trabalho político seríssimo, concreto, que faz parte do dia-a-dia da prostituição (LEITE, 1992, p. 85 e 86).

E assim começam a incidir as manifestações e lutas das profissionais, a princípio com demandas pontuais como a violência policial e saúde ampliando-se com o passar dos anos se relacionando com as subjetividades das mulheres prostitutas do país, emergindo também a questão do direito à liberdade sexual e direitos trabalhistas, assistenciais e previdenciários.

Em 1987, é realizado o primeiro encontro nacional de prostitutas, com cerca de setenta mulheres provenientes de onze estados do país, a partir do qual foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas. Poucos meses depois, acontece a fundação da primeira associação de prostitutas do Brasil, encabeçada por Gabriela Leite e criada também em função da necessidade de se proteger de um processo de remoção e segregação urbana (1987, Rio de Janeiro-RJ), seguida pela GEMPAC (1990, Belém-PA) e APROCE (1990, Fortaleza-CE). A partir de então, surgem organizações de prostitutas por todo o Brasil, (MORAES, 1996; LENS, 2014; LEITE, 1992 E 2009; LEITE & LENS, 2013, APUD HELENE, p. 04, 2017).

Dessa forma as ativistas pela causa das prostitutas vão pautando discussões referentes à vida enquanto componentes do, que como colocam as feministas radicais, sistema prostitucional. Tenho que enaltecer sempre o nome de Gabriela Leite, não somente pelo seu fundamental papel dentro de tudo que já expus, mas também por ser ela a prostituta precursora que junto com ela carregou e carrega a causa de milhares de mulheres que fazem da prostituição sua forma de vida e de renda, lembro aqui que muitas dessas mulheres além de prostitutas são também mães, filhas, irmãs e muitas vezes esposas, e que logicamente um papel não anula o outro.

As organizações de mulheres prostitutas, como já citado, não surgem apenas como uma forma de reivindicação de direitos e dos espaços urbanos, mas também como forma de trazer para o debate demandas individuais e coletivas. No Brasil, são várias as organizações, das quais podemos citar:

Davidia (Rio de Janeiro), Associação das Prostitutas de Minas Gerais – Aprosmig (Belo Horizonte) e Mulheres Guerreiras (Campinas); região sul: Núcleo de Estudo da Prostituição – Neppoa (Porto Alegre); c) região norte: Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará – Gempac (Belém); região nordeste: Associação de Prostitutas da Bahia – Aprosba (Salvador),

Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo – APPS (Recife), Associação de Prostituta da Paraíba – AproS-PB (Campina Grande) e Associação de Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte – ASPRORN (Natal); região centro-oeste: Rede de Redução de Danos e Profissionais do Sexo do Distrito Federal e Entorno “Tulipas do Cerrado” (Brasília, DF). Além destas, investiguei a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), (CAMINHAS,2020, p.02)).

Pautando essa discussão na figura Leite concluímos que essa junção de interesses é incrivelmente plausível e pertinente, uma vez que a luta desses grupos respalda muitos profissionais. Obviamente antes de Leite existiram outras que resistiram e abriram caminhos, mas como venho pontuando aqui a minha intenção é a de trazer uma discussão mais atual acerca do tema. Um passo significativo foi a criação da ONG Davida, fundada por Gabriela Leite;

Criada em 1992, a Davida busca criar oportunidades para o fortalecimento da cidadania das prostitutas, por meio da organização da categoria, da defesa e promoção de direitos, da mobilização e do controle social. Entre as atividades da organização está o desenvolvimento de projetos de prevenção a DSTs e Aids, em parceria com o Ministério da Saúde. A iniciativa beneficia mais de 20 mil prostitutas em todo o Brasil, sendo 8 mil prostitutas por ano no Estado do Rio. Em 2005 foi concretizada a Daspu, grife e marca registrada de vestuário. O negócio social da Davida busca a sustentabilidade econômica da organização para garantir a sustentabilidade social da sua missão. A ONG também participa do jornal e website Beijo da Rua. Desde 1988, a publicação trata do dia-a-dia da prostituição e do movimento organizado de prostitutas; e realiza o evento cultural Mulheres Seresteiras, que reúne profissionais e amadores do sexo e da música no processo de revitalização comunitária nas áreas de prostituição do Rio. (FUNDO BRASIL, 2009, p. 01).

Em 2005 a Daspu, nome que critica a marca Daslu mundialmente conhecida, lançou sua primeira coleção, pontuando sempre as questões políticas e sociais sendo inclusiva tanto com as prostitutas quanto com estilistas e artesãos pouco conhecidos. Gabriela Leite conhecida por sua luta dentro do cenário da prostituição, faleceu em 2013, escreveu livros e deixou um legado significativo, não somente às prostitutas como para a sociedade.

2.3 LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS VIGENTES SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Todo esse caminhar e luta culminam também no reconhecimento como ocupação, no Brasil isso se dá na Classificação Brasileira de Ocupações, que trata do reconhecimento de certa atividade como ocupação, a primeira vez que isso foi discutido foi em 1982 (CBO,2000). Cabia ao Ministério do Trabalho e Emprego, pautar e decidir acerca disso, haja visto que este foi extinto após 88 anos de atuação pelo atual Presidente da República, cita-se o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (SEM PARTIDO).

Assim sendo Desde 2002, a prostituição está no rol das ocupações brasileiras sendo reconhecida, a atividade dos profissionais do sexo é restrita aos maiores de 18 anos , pois antes disso trata-se de exploração sexual infantil, a profissão encontra-se na Classificação Brasileira de Ocupações sob o número 5198-05, sendo descrita da seguinte forma; Descrição da Profissão: Profissionais do Sexo Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade, as atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão, BRASIL(2002).

As ações coordenadas pelo MTE na discussão relacionadas ao estatuto do "trabalho sexual" refletiram novas tendências em relação à questão da prostituição, que emergiram no Brasil, ao longo das duas últimas décadas do século 20. O debate contou com a participação de técnicos da área e representantes de organizações de defesa dos direitos das prostitutas, como se pode depreender das definições contempladas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O novo da CBO traduz o reconhecimento por parte do MTE da "profissional do sexo" como uma trabalhadora e inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição. A medida foi ao encontro da posição defendida pelo movimento de prostitutas de retirar tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal, tratando as questões relacionadas à atividade, na esfera da legislação trabalhista. (BARRETO, 1995; BRASIL, 2003A, 2003B, APUD RODRIGUES, 2009, p. 70).

Aqui vale pontuar que a inserção da atividade dentro da CBO também compreende a questão previdenciária, mas como contribuinte autônomo uma vez que não há a contribuição por meio do registro ou por um vínculo empregatício.

A questão da prostituição , como já citado, consta no Código Penal Brasileiro de 1890 e também no atual Código, em vigor desde 1940,dentro do Código Penal Brasileiro, a prostituição é abordada no artigo 230 que trata do rufianismo: Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (BRASIL,1940) e os que lucram com a exploração do trabalho das prostitutas ficam conhecidos como cafetões e proxetas, atores que compõem o sistema prostitucional.

Porém, a legislação de regulamentação da prostituição já teve seu momento dentro do Congresso Nacional, em que pese, ações propostas pelos deputados federais Fernando Gabeira (Partido Verde) com mandatos de 1995 a 2011 e Jean Wyllys (PSOL) com mandatos de 2015 a 2019, (BRASIL, 2021). A proposta de Fernando Gabeira propunha novas normas dentro do código penal acerca do fenômeno da prostituição, dentro de suas justificativas ele trazia;

Com efeito, a prostituição é uma atividade contemporânea à própria civilização. Embora tenha sido, e continue sendo, reprimida inclusive com violência e estigmatizada, o fato é que a atividade subsiste porque a própria sociedade que a condena a mantém. Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela. Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la, e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade – não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime – seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis. O primeiro passo para isto é admitir que as pessoas que prestam serviços de natureza sexual fazem jus ao pagamento por tais serviços. Esta abordagem inspira-se diretamente no exemplo da Alemanha, que em fins de 2001 aprovou uma lei que torna exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. Esta lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2002. Como conseqüência inevitável, a iniciativa germânica também suprimiu do Código Penal Alemão o crime de favorecimento da prostituição – pois se a atividade passa a ser lícita, não há porque penalizar quem a favorece. (BRASIL, 2003).

O projeto de Gabeira, previa suprimir do Código Penal os artigos 228 (favorecer a prostituição), 229 (manter casa de prostituição) e 231 (promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que viesse exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no exterior). O seu intuito era legalizar essas práticas, seu projeto foi rejeitado e arquivado em 2007.

Já o projeto de lei proposto por Jean Wyllys (PSOL) de 2012, intitulado Lei Gabriela Leite se justifica na diferenciação entre exploração sexual e prostituição visando a penalização pelo crime contemplado no Código Penal Brasileiro (1940), para o autor do projeto há a junção dos termos o que dificulta a as fiscalizações necessárias.

A prostituição é atividade cujo exercício remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura. É de um moralismo superficial causador de injustiças a negação de direitos aos profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Trata-se de contradição causadora de marginalização de segmento numeroso da sociedade. [...] O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento, (BRASIL, 2012, p. 3).

Wyllys, pretendia com seu projeto facilitar o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários a quem sobrevive com o dinheiro vindo da prostituição, segundo ele era preciso mudanças no Código Penal Brasileiro (1940), neste caso deveria haver a mudança de terminologias, substituindo “prostituição” por “exploração sexual”, assim

sendo seriam punidos pela lei quem realizasse a exploração de vulneráveis e o não pagamento pelo trabalho das mulheres e/ou quem desempenhasse a prostituição.

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição.” “Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.” O artigo 229 se refere a crime de “casa de prostituição”. No entanto, o tipo penal menciona a expressão “exploração sexual” e não prostituição. A alteração aqui proposta só alcança o título do artigo, visto que (1) prostituição não é exploração sexual; (2) o crime de “casa de exploração sexual” se tipifica pelo próprio caput atual do artigo 229; e (3) a casa de prostituição não é mais crime tipificado uma vez que a prostituição se torna profissão regulamentada e poderá ser exercida de forma autônoma ou cooperada. “Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: ” “Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual.” (BRASIL, 2012, p. 5).

O então deputado, pleiteava essas mudanças no Código Penal, e considerava que a notoriedade do entendimento de prostituição e uma maior fiscalização junto aos locais de prostituição, facilitariam também a ação dos programas de saúde como o de prevenção ao HIV uma vez que as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países prejudicam o progresso contra o HIV.

[..] as leis e os costumes legalmente tolerados, que falham em proteger mulheres e meninas da violência, aprofundam as desigualdades entre gêneros e aumentam a sua vulnerabilidade ao HIV. Algumas leis de políticas de propriedade intelectual não são consistentes com a lei internacional dos direitos humanos e impedem o acesso a tratamento vital e à prevenção. As leis que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de HIV - incluindo homens que mantêm relações sexuais com outros homens, trabalhadores do sexo, transexuais e usuários de drogas injetáveis - empurram as pessoas para a clandestinidade, afastando-as de serviços de saúde essenciais, aumentando assim o risco de contágio pelo HIV. As leis que criminalizam a transmissão, a exposição e a não revelação do status de portador do HIV, desencorajam as pessoas a fazerem o teste e a serem tratadas. Mais especificamente: [...] mais de 100 países criminalizam algum aspecto do trabalho dos profissionais do sexo. O ambiente legal em muitos países expõe os trabalhadores do sexo à violência, o que leva à sua exclusão econômica e social. Isso também impede que os mesmos acessem serviços de saúde para o HIV, (BRASIL, 2012, p. 7).

Assim sendo percebo durante o estudo que as atenções destinadas às mulheres prostitutas, partem, a priori, da questão sanitária uma vez que se ligam diretamente à prevenção e enfrentamento doenças sexuais, o que acaba tornando-se um paradoxo pois ao não verem segurança ao se identificar como profissional do sexo, muitas delas acabam sucumbindo à doença. O estigma e o preconceito são barreiras tanto para movimentos sociais como para prováveis políticas públicas direcionadas à prostituição.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL

As políticas públicas destinadas às mulheres no Brasil, partem do Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que trata da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. No site do Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, constam as seguintes ações destinadas às mulheres que serão expostas na tabela abaixo:

Quadro01: Planos e Programas do MDH destinados às mulheres

PLANOS E PROGRAMAS	AÇÕES PREVISTAS	ATORES ENVOLVIDOS
Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio – PNEF	Conjunto de ações e metas que pretendem implementar políticas públicas integradas e articuladas em todo o território nacional. Por meio da cooperação entre diferentes órgãos e poderes, busca-se garantir a implementação do ciclo completo da política pública e a integralidade das ações de enfrentamento ao feminicídio, é composto pelos seguintes eixos: Articulação, Prevenção, Combate, Garantia de Direitos e Assistência e Dados e Informações	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde e Ministério da Educação); do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB); do Poder Legislativo e da Sociedade Civil.
Programa Mulher Segura e Protegida	Tem como objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. O programa integra a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e as ações do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.	Núcleo Especializado da Promotoria e/ou Núcleo Especializado da Defensoria Pública; e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do local.
Maria da Penha vai à Escola	Visa educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher, é um programa que teve início no Distrito Federal e tem se expandido para o resto do Brasil. Constitui uma parceria firmada entre a SNPM e as redes estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres, visando à divulgação e promoção da Lei Maria da Penha entre os profissionais da educação, de forma a alcançar crianças e adolescentes em ambiente escolar, busca divulgar a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar para a comunidade escolar, assim como capacitar os profissionais da educação para um olhar mais atento às crianças e aos adolescentes vítimas diretas ou indiretas da violência doméstica. O programa é destinado à comunidade de escolas públicas e privadas: profissionais da educação e estudantes.	Secretaria Nacional de Proteção à Mulher, Secretaria de Educação e demais organismos do Estado que compõem a rede de atendimento.

Qualifica Mulher	<p>Estimular ações que promovam a autonomia econômica da mulher em contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país. Visa fomentar ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo, para geração de emprego e renda para as mulheres em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Serão atendidas, prioritariamente, mulheres que possuam renda mensal de até um salário mínimo e meio, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental e/ou médio, ou que não tenham escolaridade.</p>	<p>O projeto visa formar uma rede de parcerias com o poder público federal, estadual, distrital e municipal, entidades e instituições privadas.</p> <p>[continua]</p>
Mais mulheres no poder	<p>É uma estratégia de conscientização sobre a participação política das mulheres em cargos eletivos, de poder e de decisão, bem como o pleno exercício da democracia representativa e participativa, que tem como público alvo mulheres pré-candidatas e mulheres interessadas em conhecer e participar mais ativamente do ambiente político brasileiro. O Projeto objetiva fomentar e fortalecer a participação política, democrática e igualitária das mulheres nos espaços de poder e decisão, além de promover e fortalecer o conceito de cidadania participativa no sistema democrático igualitário por meio do debate sobre o papel da mulher nos espaços políticos e de liderança e assim, estimular a ampliação da participação das mulheres em cargos de poder e decisão nos poderes das três esferas federativas, bem como estimular a ampliação da participação de mulheres nos partidos políticos, nos cargos de liderança e de decisão no âmbito das entidades representativas de movimentos provenientes da sociedade civil organizada.</p>	<p>Poderão ser firmados convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, protocolos de intenções, termos de execução descentralizada, com entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem como com entidades privadas.</p>
Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação	<p>Combater a evasão, que ocorre principalmente nos primeiros anos, de estudantes do sexo feminino dos cursos de graduação nas áreas das ciências exatas. Em como objetivo apoiar projetos, por meio de Chamada Pública, que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação, despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino por profissões de pesquisa científica e tecnológica.</p>	<p>Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pretende se articular com as iniciativas do Governo Federal na área de Educação, por exemplo, o Novo Ensino Médio Integral, programas de formação de professoras/es.</p>
Mães Unidas	<p>Tem como objetivo proporcionar apoio relacional às gestantes e às mães de crianças com até 2 (dois) anos de idade, por meio da formação de uma rede de voluntárias. O projeto visa promover o fortalecimento de vínculos familiares, a saúde, a cidadania e o acesso à justiça de mulheres e crianças assistidas.</p>	<p>Instituições de saúde e de assistência social.</p>

Fonte: Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. Organização: Dados organizados pela autora.

Como observado no quadro acima, os planos, programas e projetos do MDH contemplam determinados grupos de mulheres. As mulheres prostitutas podem até se encaixar, porém é vaga a intenção dessas ações e metas.

Desde o início do atual governo e do MDH, é nítido o tom de conservadorismo e da imposição de princípios moralistas. Portanto conclui-se que não há o interesse em incluir a prostituição, suas causas e consequências nas pautas de discussões do governo. As discussões sobre os direitos e as políticas públicas direcionadas às mulheres são contempladas também em políticas de saúde, um exemplo é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, que teve sua primeira edição em 2004 (BRASIL,2004).

Porém não há uma política destinada direta e unicamente às profissionais do sexo, o que existe são programas e projetos pontuais da área da saúde para a prevenção de doenças e o uso de preservativos. Como já citado anteriormente, o assunto da prostituição é debatido mais na área da segurança, como caso de polícia e na área da saúde, sendo tratado como grupo de risco para IST's.

2.5 OS NÚMEROS DA PROSTITUIÇÃO

Um estudo da fundação francesa Scelles, divulgado pela BBC no ano de 2012, trazia o número de mais de 40 milhões de mulheres que se prostituem no mundo. Apesar de se tratar de um relatório de quase 10 anos, ele não dá um breve entendimento acerca do fenômeno da prostituição ao redor do mundo. O relatório analisa o fenômeno em 24 países, entre eles França, Estados Unidos, Índia, China e México e diz que o número de pessoas que se prostituem pode chegar a 42 milhões no mundo. O estudo revela ainda que 90% delas estão ligadas a cafetões (FERNANDES,2012).

O grupo QGFeminista, projeto que existe desde agosto de 2017 e ocupa diferentes espaços e tipos de mídias produzindo vídeos, podcast, zines, conteúdo para mídias digitais com intuito da conscientização feminina acerca de seus direitos, lançou uma pesquisa sobre os números da prostituição no Brasil e no mundo. Segundo o QGFeminista os dados internacionais seriam os seguintes:

95% que estão na prostituição sofreram assédio sexual, que seria legalmente acionável em outro local de trabalho. 65% a 95% das pessoas em prostituição sofreram abuso sexual quando crianças.70% a 95% foram agredido

fisicamente na prostituição 60% a 75% foram estuprados na prostituição. 75% que estão na prostituição já moraram na rua em algum momento de suas vidas. 85% a 95% das pessoas que estão na prostituição querem escapar, mas não têm outras opções de sobrevivência. 68% das 854 pessoas em clubes de strip, massagem e prostituição de rua em 9 países atenderam aos critérios de transtorno de estresse pós-traumático ou TEPT. 80% a 90% que estão na prostituição experimentam abuso verbal e desprezo social que os afetam negativamente. (FARLEY, 2004 APUD QGFEMINISTA, 2018).

Em relação ao Brasil os números também são altos e demonstram que apesar das tentativas das feministas abolicionistas, o fenômeno da prostituição ganha novos personagens.

87% da prostituição acontece na rua; 90% das pessoas que trabalham com prostituição queriam ter outro trabalho; 1.500.000 (um milhão e quinhentos) profissionais do sexo no Brasil e desses 78% são mulheres. As travestis correspondem a 15% e só 7% são homens; 59% são chefes de família e devem sustentar sozinhas os filhos; 45,6% tem o primeiro grau de estudos; 24,3% não concluíram o Ensino Médio; 70% das mulheres prostitutas não têm uma profissionalização. (QGFEMINISTA, 2018).

O interessante nesses números, é que são pesquisados por ONGs e demais entidades da sociedade civil, nos órgãos de pesquisa aqui do Brasil como IPEA e IBGE não constam números da prostituição.

CAPÍTULO III – A PROSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASTRO/PR: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE É O OLHAR DE ALGUMAS MULHERES QUE FAZEM DA PROSTITUIÇÃO A SUA OCUPAÇÃO

Neste momento do estudo, procuro trazer uma breve caracterização do município de Castro-PR, para fundamentar os entendimentos acerca da prostituição na cidade, visto que esse capítulo finaliza o trabalho com o olhar de algumas dessas, que vivenciam o dia a dia da prostituição em suas vidas. Este capítulo traz as entrevistas com quatro profissionais do sexo de Castro-PR, a discussão a minha impressão enquanto autora acerca dos dados coletados e por fim as considerações finais do trabalho.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTRO/PR

O município de Castro-PR está localizado na região conhecida como Campos Gerais no estado do Paraná. A cidade teve seu início marcado pelo movimento dos tropeiros, que viajavam do Rio Grande do Sul para Sorocaba em São Paulo no lombo de mulas. Os tropeiros faziam suas paradas às margens do Rio Iapó, e aos poucos a cidade foi sendo levantada neste local. Através do regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa queria colonizar várias extensões de terras e por isso doava lotes a famílias que pretendiam fixar moradia nelas. Nessas terras iniciou-se a construção de uma capelinha, hoje a Igreja Matriz Nossa Senhora Sant'Ana, (IBGE, 2022).

Pouso do Iapó, foi o primeiro nome dado ao vilarejo e com o passar dos anos a notícia de que se tratava de uma terra fértil, trouxe pessoas para a então vila. Em 2022, o município completa 318 anos e possui cerca de 70 mil habitantes (IBGE, 2022).

O município de Castro-PR é o terceiro em extensão territorial do Paraná, segundo o IBGE (2020), ficando atrás de Tibagi e Guarapuava. Sendo que a região rural é parte fundante do município, característica essa que é determinante para as relações sociais e econômicas de Castro. Algo que é imprescindível de mencionar, é

o fato de o município carregar o título de capital nacional do leite (IBGE-2021), fato esse que coloca Castro/PR como um dos pilares da economia paranaense. Alguns dos números citados no quadro acima, podem perfeitamente fazer parte do sistema agropecuário do município que por sua vez movimenta a economia da cidade.

Ao investigar a fundo as características do município podemos perceber que, apesar de se tratar de uma região interiorana do estado, a cidade movimenta milhões no setor pecuário. O entroncamento ferroviário que atravessa o município também é outra característica marcante de Castro, isso de uma maneira ou outra acaba por movimentar a economia da cidade.

Castro é recortado pela Rodovia Governador Parigot de Souza também chamada de PR 151, Rodovia Guataçara Borba Carneiro conhecida por PR 340 e pela Rodovia Engenheiro Ângelo Ferrário Lopes ou PR 090 (Departamento de Estradas e Rodagem). Esse entroncamento recebe um alto fluxo de caminhões, turistas, pessoas que usam as rodovias a trabalho ou quem está apenas de passagem.

Em relação à economia cabe mencionar que Castro é sede de uma das maiores cooperativas do Paraná, a Cooperativa Castrolanda. Com setenta anos na cidade, surgiu com a vinda dos imigrantes holandeses para Castro e hoje movimenta, segundo o site da instituição, cerca de R \$4,5 bilhões anualmente com seus 1.053 cooperados (CASTROLANDA ,2021).

Anualmente a Cooperativa Castrolanda promove uma feira de negócios, a Agroleite é um evento conhecido nacional e internacionalmente que movimenta os negócios na cidade, inclusive o fluxo do sistema prostitucional de Castro, uma vez que recebe muitos visitantes de dentro e fora do país. Além de tudo já citado sobre o município, ainda há outros segmentos que movimentam a economia da cidade de Castro, diga-se, mineradoras, setor industrial e de serviços, agricultura entre outros. Esse breve levantamento acerca da economia da cidade, se deu não apenas pela caracterização do município, mas também para dar aporte à movimentação no sistema prostitucional do município, uma vez que a questão econômica do município contribui para esse entendimento.

Quadro 2 – Dados do Município de Castro/PR

Número de Habitantes	72.125
Extensão territorial	2.531,503 Km ²
Número de mulheres de 20 a 59 anos	17.857
Número de homens de 20 a 59 anos	17.494
Total de pessoas empregadas	17279
População ocupada	24,2%

PIB do município	R\$ 38.661,79
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,703
Rodovias que cortam o município	03
Boates/Casas Noturnas	03
Bares de prostituição	04

Fonte: IBGE (2021) Organização: Dados organizados pela autora.



Fonte: IBGE (2021).

Quanto à prostituição no município, cabe salientar que os pontos de prostituição estão divididos entre região central, bairros e regiões periféricas. Sendo que as boates se localizam as margens da rodovia PR 151, já os bares constam da área central, bairros e regiões periféricas da cidade, onde também constam de pontos de prostituição de rua.

No município de Castro-PR, onde essa pesquisa foi desenvolvida, não há nenhum projeto destinado a esse grupo. Houve uma ONG que atendia mulheres prostitutas e pacientes portadores de HIV, atuava como GAPA-Grupo de Apoio e Prevenção à Aids, porém a mesma foi extinta há mais de cinco anos.

A Secretaria de Saúde do município possui um espaço destinado a tratar doenças específicas, como HIV, hanseníase e hepatites. Nesse espaço também há a

distribuição de preservativos masculinos e femininos, assim como nos PSF (Posto de Saúde da Família) há também a oferta da realização de testes rápidos para detectar IST's.

3.2 IMERSÃO, ABORDAGENS E ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DO SEXO NO MUNICÍPIO DE CASTRO/PR

Durante a construção deste trabalho, me propus a vários desafios, não só como acadêmica, mas também como mulher, mãe, filha e esposa. O entendimento desse fenômeno é reduzido, pouco discutido nos meios que frequento e com quem me relaciono. Após todo o processo de construção teórica a partir de uma significativa revisão bibliográfica e documental, procurei me inserir um pouco mais no universo da pesquisa. Através de contatos com conhecidos e amigos em comum com as profissionais do sexo do município.

No entanto, nesse contexto se fazia presente o desafio de contatá-las, convencê-las a me receber e pôr fim a conceder a entrevista. Conversei com muitas pessoas próximas a elas, assim como proprietários de boates, no entanto uma pessoa de fora, desconhecida e sem nenhuma indicação não consegue esse contato facilmente pois se trata de um mundo paralelo ao meu, devo pontuar que assim como muitas pessoas não tinha a noção do que esperar mesmo tendo me aprofundado em leituras e demais pesquisas.

Por se tratar de uma pesquisa com pessoas, tive que, previamente submeter o pré-projeto ao Conselho de Ética através da Plataforma Brasil. Durante o tempo que aguardava a aprovação desenvolvi o restante da pesquisa.

Assim que o projeto da pesquisa foi aprovado, fui em busca das entrevistas através desses contatos já citados, consegui por meio do método bola de neve, realizar quatro entrevistas, mas cheguei a fazer contato com quinze mulheres. Os contatos se deram por celular, não somente com as profissionais, como também com proprietários de boates e demais conhecidos.

Conversei com os proprietários das três boates de Castro, onde somente um autorizou minha entrada, os demais não autorizaram e não disseram os motivos dessa negação. Entendi através das conversas que havia um certo receio por parte deles e das mulheres da boate e entendo perfeitamente a posição que se encontram. Enfim o resultado dos contatos, resultou em quatro respostas positivas para me receber, sendo duas mulheres que trabalham numa boate, uma que trabalha em um bar e outra

que desenvolve sua atividade de forma independente, assim sendo fui até elas. A seguir uma breve descrição das entrevistadas.

Quadro 3 – Dados das entrevistadas

Nome	Idade	Filhos	Tempo na atividade	Local de trabalho
Rubi	25 anos	Não	1 mês	Boate
Pérola	23 anos	02	02 anos	Boate
Esmeralda	26 anos	Não	09 anos	Bar
Ametista	27 anos	01	07 anos	Independente

Fonte: a autora (2022). Organização: Dados organizados pela autora (2022).

Todas as entrevistas foram realizadas de forma presencial, obedecendo um roteiro prévio (apêndice A), que foi igual para todas as entrevistas, seguindo os protocolos sanitários em relação à COVID-19. Todos os nomes das entrevistadas, foram substituídos por nomes de pedras preciosas, a fim de proteger a identidade das mesmas, essa opção se dá ao passo que houve um comprometimento com o sigilo, redigido no TCLE (anexo A).

As primeiras entrevistas foram com duas mulheres que trabalham numa boate da cidade, e ocorreram no dia 11 de fevereiro de 2022, sendo que a logística das entrevistas funcionou da seguinte forma: fiz o contato com o proprietário da boate, ele levou o meu convite até elas e no outro dia me respondeu que poderia ir até a boate para uma conversa, chegando lá duas das meninas que lá estavam me receberam, me apresentei, expliquei do que se tratava, li o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo A), e realizamos a entrevista de forma tranquila, mesmo elas e eu percebendo os gatilhos emocionais que essa conversa poderia trazer..

A boate fica numa espécie de sítio, localizada às margens da Rodovia Pr 151, é simples e possui um alojamento na parte dos fundos, que possui quartos, banheiros e uma área de serviço sendo o que mais se aproxima de uma casa, mas não de um lar. Elas me levaram ao salão onde trabalham para conversarmos, confesso que me senti à vontade ao entrar, o cheiro de cigarro é perceptível, trata-se de um local simples com um bar num canto, mesas e sofás que rodeiam um pequeno palco com pole dance e do outro lado do salão uma máquina de música entoa a decoração que também possui quadros de modelos nuas e vendadas, foi o que pude observar do ambiente.

Minha primeira entrevistada se mostra solícita à entrevista, disposta a conversar e só receia a divulgação da sua identidade, uma vez que para sua família ela trabalha vendendo seguros para carros. Rubi tem 25 anos, não tem filhos e está a

apenas 1 mês na atividade, conta que foi através de uma amiga, também profissional do sexo que se inseriu na prostituição.

Rubi faz contato visual e é firme nas respostas, se auto denomina trabalhadora da noite, posso observar que isso se dá a partir de suas vivências, diz que está na atividade somente pelo dinheiro e que antes disso trabalhava no restaurante da família que fechou devido à pandemia da COVID-19. Conta que entende a prostituição como uma necessidade e que quem a faz, apenas porque precisa, hoje para ela a atividade é sua única forma de renda e que recebeu o auxílio emergencial concedido pelo governo em 2020/2021, mas que era pouco para ela e para sua família.

A entrevistada confessa que se prostitui para se manter e para ajudar a família e que lidar com os conflitos internos é sua maior dificuldade, sabe dos preconceitos e dos estigmas que a atividade carrega e demonstra emoção ao falar da violência física e psicológica que já sofreu.

Por fim, Rubi fala da possibilidade de sair da vida na noite, de arrumar um emprego formal e voltar para sua cidade natal ao lado da família, pontua que somente se juntar dinheiro ou arrumar algo melhor e que ganhe bem, ela vai embora, nossa conversa foi curta, mas extremamente produtiva. Esse primeiro contato me ajudou a compreender que, ler e pesquisar sobre a prostituição não se assemelha ao sentar e ouvi-las enquanto sujeitos, essa troca foi fundamental para a esse trabalho.

A segunda entrevistada foi Pérola, assim como na entrevista anterior, me apresentei para ela, expliquei a proposta da entrevista e li o TCLE. Tudo ocorreu de forma tranquila, como mencionado trata-se de um sítio, então não há muito barulho durante o dia.

Pérola tem 23 anos e é mãe de dois filhos pequenos, um menino de sete anos e uma menina de seis anos de idade, que moram com o pai, ela conta que mantém contato com seus filhos e que o pai deles sabe no que ela trabalha, os dois têm uma relação amigável. Há dois anos na atividade Pérola pontua que sempre que pode, está com os filhos.

Quando pergunto a ela como ela se autodenomina, Pérola rapidamente diz que não conta para as pessoas sobre o que faz da vida, sendo que diz que é balconista na lanchonete de um amigo, mas que na noite se vê como uma garota de programa, uma vez que o que faz no trabalho se baseia única e exclusivamente na venda do seu trabalho sexual.

Quando Pérola se viu desempregada, através do contato com amigas, entrou para a prostituição e hoje isso é sua única fonte de renda, dinheiro com o qual se mantém e ajuda na criação dos filhos.

Pérola, ao contrário de Rubi, é mais introspectiva, pensa antes de responder e demonstra desconforto ao tratar do assunto, no entanto expressa de forma clara o que pensa. Para ela, o maior desafio do seu trabalho é ficar longe dos filhos, mas que o dinheiro que ganha é necessário neste momento, como está construindo uma casa, pensa em abrir um salão de beleza uma vez que possui especialidade na área.

Foi comum nas duas entrevistas o fato de estarem desempregadas e verem na prostituição uma forma de ganhar dinheiro e por classificarem o mercado de trabalho como injusto em oportunidades para as mulheres, visto as diversas tentativas de realizar um trabalho formal e por vivenciarem em suas experiências pessoais o cotidiano das mulheres em busca de trabalho e remuneração igualitária com os homens. A entrevista encerrou-se rapidamente pois Pérola iria cuidar da limpeza do salão e lavar roupas, ela interrompeu os afazeres para me receber.

Minha terceira entrevista, aconteceu no dia 14 de fevereiro de 2022, fiz contato uma semana antes e Ametista disse que poderia me receber numa segunda-feira, pois neste dia não trabalha. Em sua casa, conversamos rapidamente sobre a sua vida na prostituição, com 27 anos Ametista é mãe de um menino de oito anos, que ela cria sozinha pois o pai da criança foi assassinado há alguns anos atrás, pontua que a prostituição é uma de suas fontes de renda, sendo que também recebe um benefício socioassistencial, ela se encaixou nas condicionalidades para receber o Bolsa Família, hoje denominado Auxílio Brasil.

Muito magra, demonstra cansaço e suas olheiras não disfarçam seu olhar duro, responde tudo de forma precisa sem rodeios enquanto seu filho assiste televisão em um outro cômodo da casa, essa entrevista em particular me deixou desconfortável, no entanto conseguimos construir um diálogo produtivo.

Ametista está há sete anos vivendo da prostituição e me conta que prefere ser reconhecida como acompanhante, ela diz que entrou na atividade por necessidade de dinheiro através de uma amiga viu uma oportunidade de sobreviver do seu corpo. Ela conta que a necessidade, a desilusão amorosa junto com o abandono familiar, sendo a família a primeira instituição que nos inserimos pode ser também prejudicial às nossas vivências, e a falta de oportunidade no mercado de trabalho já citado neste estudo como determinante para a inserção das mulheres na prostituição, podem levar

a mulher a se prostituir, para ela a mais bonita ganha sempre mais e que no caso dela já está acomodada na situação.

A entrevistada pontua que pode haver uma mobilidade dentro do sistema, sendo que pode ganhar mais com um cargo de gerência por exemplo, mas que para ela não existe tanta força de vontade para sair da prostituição, uma vez que ganha o dinheiro para o seu sustento e de seu filho, então a comodidade já se faz presente no seu cotidiano. Coloca que se encontrar alguém, se apaixonar ou até mesmo engravidar, pode deixar a atividade, mas que não tem mais esperança em recomeçar.

Durante a entrevista, diz arcar sozinha com os gastos da casa e com o filho, os dois moram na casa cedida pelo seu pai. Ametista relata que sua família sabe do seu trabalho na prostituição, para ela, eles precisam respeitar o fato dela nunca ter tido um emprego formal. Conta também dos diversos episódios de violência que presenciou, porém apenas cita que vivenciou situações e demonstra não querer aprofundar no assunto, nega ter sido agredida, porém percebo que ela não quer falar nisso e não insisto, o que mais me chama atenção nesta entrevista, é a dureza que ela passa, tentando se manter indiferente à situação que enfrenta diariamente.

A entrevistada conta que já trabalhou em boates e bares, o que lhe trouxe muitos clientes que a procuram para atendê-los de forma “particular”, ela chama os programas que realiza de “corre”, e garante o sustento com vários “corre” de terça à domingo.

Encerro essa entrevista tentando enxergar o lado bom dessa atividade, foi isso que minha entrevistada pontua durante a conversa, que mesmo sendo degradante, é sua forma de sobreviver e isso no seu entendimento é bom, ao meu ver, para ela essa vida é compensatória ao passo que um acontecimento justifica o outro, se hoje sofre algum abuso, amanhã será recompensada com mais programas e mais dinheiro, sendo esse o seu objetivo.

A quarta e última entrevista ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2022, arranjada por uma amiga transgênero que também já se prostituiu nas ruas da cidade de Castro-Pr. Ela é vizinha a um bar, em que mulheres trabalham como prostitutas e me ajudou a conseguir essa entrevista, que por sinal aconteceu na sala da casa dela. Esmeralda, 26 anos, chega sorridente, tem presença marcante e um olhar carinhoso, demonstra interesse na entrevista e diz que irá responder todas as minhas perguntas, todavia procura se certificar de que seus dados não serão divulgados. Assim como nas demais entrevistas, explicou para ela como e por que estou realizando essas conversas,

também leio o TCLE criando um primeiro vínculo com essa que foi a mais marcante das minhas entrevistas, conversamos por mais de uma hora e Esmeralda falou abertamente sobre sua vida profissional e de suas experiências, construídas durante seus quase dez anos de trabalho como prostituta.

Pontua que se iniciou na prostituição aos 17 anos sob influência de uma tia, que já estava na atividade e que parte da família sabe do que ela sobrevive, Esmeralda diz que vive apenas do dinheiro que ganha no bar que trabalha, e que mora com uma tia. Ela se autodenomina garota de programa, mas fora do bar ou do seu círculo de confiança conta que trabalha em um supermercado.

A entrevistada que não tem filhos, relata que já trabalhou em boates, bares, nas ruas e de forma independente. Durante esse período fez pausas de fachada, pois estava em um relacionamento, e seu companheiro não sabia o que ela fazia, então ela continuava a atender clientes sem que ele soubesse, pois o que ganhava no emprego formal não era o suficiente para ela se manter financeiramente.

Esmeralda, conta que passou por diversas situações e que entende a dinâmica da prostituição, sendo que trabalhou em vários, locais ela pontua que ao trabalhar em boate a mulher tem compromisso com a casa tendo que beber, fazer programas e dar lucro, já no bar o compromisso é com ela mesma em buscar o lucro e que na rua é muito inseguro para se trabalhar, ainda mais com o fato de haver muita concorrência.

Esmeralda me fala de sua vida na prostituição e das situações perigosas que já se envolveu, demonstra entender o estigma e o preconceito que estão imbricados na ideia sobre a prostituição. Em determinados momentos, parece se emocionar ao contar sua história de vida e também fala que durante sua vida presenciou a desigualdade entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho, aqui posso perceber que esse é um discurso comum entre as entrevistadas, a divisão sexual do trabalho citada aqui anteriormente se faz presente no cotidiano dessas profissionais.

Ao fim da entrevista ela pontua que a vida na prostituição é um misto de altos e baixos, que presenciou violências e sofreu assédios, mas que ganhou muito dinheiro pois teve momentos que trabalhava no bar durante o dia e na boate a noite. Mas não indica a atividade, para ela a mulher deve buscar essa vida somente em última hipótese, para Esmeralda, sair da prostituição, somente com um emprego que pague mais do que ela ganha no momento.

Depois de conversarmos por quase uma hora, ela pede licença para ir trabalhar pois o bar já estava aberto neste momento, ela diz que o local abre no período da

tarde e não tem hora para fechar. Realizei as quatro entrevistas com mulheres que estão inseridas em diferentes contextos da prostituição, porém todas elas fizeram relatos parecidos em relação às suas vivências dentro deste sistema.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O principal objetivo deste estudo, era trazer o entendimento e a compreensão sobre a prostituição, das mulheres que fazem disso sua forma de renda e subsistência. Nada mais justo, que eu procurasse a inserção neste mundo, como iria trazer isso para o debate se não absorvesse a fala dessas mulheres?

Como já pontuado aqui, essa discussão nem sempre foi e é realizada pelas principais personagens desse fenômeno. Ouvir as prostitutas era o desfecho ideal para essa pesquisa e isso se cumpriu da forma que foi possível, ouvi quatro mulheres e fiz contato com outras diversas. Conversar com essas mulheres me fez refletir, que pesquisa de campo é desafiadora e peculiar, uma vez que não mensuramos os resultados. Como previsto no trabalho, as entrevistas revelaram que o debate é necessário, que a atividade existe e que independente do posicionamento é necessária toda essa discussão. Em todas as entrevistas, as participantes elencaram as questões discutidas aqui, sendo elas gênero, prostituição e geração de renda.

Questões imbricadas dentro da discussão da prostituição e o debate acerca do tema vão muito além do que coloquei neste estudo, porém estão sempre interligadas. Sempre que discutimos a prostituição com uma pessoa comum ouvimos um discurso de julgamento dentro de um entendimento raso sobre o assunto, já quando realizamos uma troca com uma profissional do sexo, além de ouvir uma pessoa no seu lugar de fala, ouvimos também uma mulher que além de lidar com as questões cotidianas de uma mulher ainda precisa lidar com a objetificação do seu corpo, estigmas e marginalização de sua profissão.

As mulheres com as quais falei, deixam claro que buscam uma possibilidade de vida melhor, mas também demonstram que há uma necessidade diária de ressignificar suas próprias identidades. O convívio diário com a desproteção da família e também do estado mostra a intensa correlação de forças presentes nessa atividade, uma vez que mesmo necessitando de um auxílio ou de um atendimento de alguma instituição, a prostituta não sente segurança em assumir sua real atividade.

E relatam também o estigma que a atividade carrega, destaco a fala de Rubi, que não vê possibilidades de contar que é garota de programa.

Existe muito preconceito, as pessoas julgam quem faz o que eu faço, parte da minha família sabe o que eu faço, mas a outra não! Para minha família eu estou vendendo seguro de carros. (RUBI, 2022).

É complicado viver assim, tem preconceito, mas o dinheiro que ganho me sustenta, não falta nada para meus filhos. (PÉROLA, 2022).

As entrevistas acabam trazendo à tona assuntos como violência, vida familiar e conflitos internos, isso era previsto, uma vez que a entrevista constava também de perguntas abertas, o que acaba levando a conversa para esses pontos.

Ser tratada como invisível para a sociedade é algo que marca dentro dessas trocas, isso é perceptível nas conversas. A mulher prostituta é notada somente para ser julgada, já aos olhos dos gestores de políticas públicas é mais cômodo não as vê.

Como exposto anteriormente a prostituição foi vista por muito tempo como caso de polícia, no entanto ainda existem discursos que perpetuam a violência e a coerção para esse grupo, fazendo com que diversas profissionais prefiram o anonimato, sem ter a liberdade de expor do que realmente vivem, como se matem e se sustentam.

Em que pese a regulamentação da atividade, é nítido notar que mesmo regulamentada necessitaria de muita fiscalização, uma vez que não seria interesse de quem lucra com a atividade. Aqui fica explícito a dinâmica de dependência que a prostituta tem com seu cafetão, é nítido que por mais fiscalização que haja, sempre haverá quem lucre com a exploração dos corpos femininos.

O sistema prostitucional está longe de ser desmantelado, pois a cada dia mais mulheres são levadas à prostituição, sendo por questões familiares, como citou uma das entrevistadas, seja por falta de oportunidade de emprego ou por consequências de outros fatores como por exemplo relacionamentos malsucedidos.

Durante a pesquisa pude identificar países nos quais a atividade da prostituição é regulamentada, caso da Holanda e Alemanha, mas mesmo assim estudos demonstraram falhas dentro deste sistema, uma delas seria o próprio tráfico de mulheres para fins sexuais. É imprescindível o entendimento que independentemente da situação ou local em que essa mulher esteja se prostituindo estará servindo o capitalismo o patriarcado e conseqüentemente o machismo estrutural.

Aqui notamos que a vida das mulheres está sempre engendrada na vida de um homem, seja ele familiar, namorado, marido ou cafetão, o que remonta às questões ligadas à discussão sobre gênero.

3.3.1 O que as entrevistadas trouxeram sobre gênero

Em relação às questões de gênero, observo que as prostitutas trazem um perceptível entendimento da problemática, uma vez que, na fala das quatro há a compreensão sobre esse lugar de subalternidade que a mulher é levada a ocupar tanto nas relações em sociedade quanto na relação de venda de serviços sexuais.

As relações de poder presentes no sistema prostitucional se manifestam entre cliente e profissional e também entre cafetão e profissional. As profissionais do sexo lidam cotidianamente com essas situações, onde são levadas as decisões baseadas nas vontades dos homens que fazem parte da sua vida, independente se se trata de um cliente ou não.

Quando a prostituta fala que se inseriu na atividade por consequência de uma relação amorosa malsucedida ou por não poder trabalhar por não ter com quem deixar os filhos, facilmente encontraremos um homem presente nesse contexto.

Se eu fosse um homem, jamais estaria nessa vida. (RUBI, 2022)

Os caras chegam aqui e acham que por que estão pagando, eu tenho que fazer tudo o que eles querem, comigo não, só faço o que sou paga para fazer. (PÉROLA, 2022).

Como analisado anteriormente, o patriarcado e as questões de gênero são uns dos determinantes para que exista o fenômeno da prostituição e as entrevistadas demonstram ser também, vítimas das consequências existentes dentro dessas relações. Legitimadas através da violência e do sentimento de posse que os homens têm em relação aos corpos femininos, vou percebendo que esse sentimento pode ser manifestado na relação entre a prostituta e o seu cliente.

Eles chegam passando a mão, como se meu corpo pertencesse a eles, se estou de vestido, preciso colocar um calção por baixo, senão eles tentam arrancar minha calcinha, assim sem permissão, pelo simples fato de eu ser prostituta e eles me pagarem, eles acham que podem agir assim. Esmeralda.

Tem um cliente aqui que só quer me pegar com força, ele me machuca, eu fujo dele quando vejo que ele tá chegando. Rubi.

Uma vez um cara chegou na boate e chamou uma guria lá, ele queria que ela fingisse que era uma menina de sete anos, era a fantasia dele, por sorte ela não aceitou e esse cara foi expulso da boate, criança é sagrado pra nós. Ametista.

Ao entrevistar essas mulheres, percebo como o fato de ser mulher está em todas as nossas relações, ao ouvi-las noto o quanto o peso das responsabilidades afetivas e financeiras recaem sobre nós simplesmente por não termos nascido homens. Ao vender seu trabalho a prostituta não só não tem escolha como precisa se

sujeitar ao que seu cliente queira, pois, está pagando pelo serviço e assim perpetuando ainda mais o seu domínio sobre a mulher.

Lidar com todas essas situações coloca a mulher prostituta em um lugar de subalternidade, ela é a funcionária e o cliente seu patrão, obviamente há uma resistência a certas atitudes dele, porém por muitas vezes, assim como citaram minhas entrevistadas, ela acaba se sujeitando por que precisa do dinheiro.

Algo que devo pontuar, não só como pesquisadora, mas também como mulher, é o fato de os homens carregarem consigo o entendimento de dominador. Em todas as situações o homem procura de sobressair, até mesmo, como citam minhas entrevistadas, tocando sem consentimento pois ela é uma prostituta, procurando uma relação sexual como dominador e com violência, colocando a prostituta como sua dominada, ele tem o poder, e ela precisa servi-lo para legitimar tudo o que ele entende por natural.

Nada do que as entrevistadas colocam é natural, é impossível naturalizar a violência, o fato de ser subjugada ou a falta de poder de escolha. Devo esclarecer que a subjetividade dessas mulheres foi respeitada neste estudo, a pluralidade está presente em qualquer grupo a ser investigado e é normal a divergência de posicionamentos, aqui as entrevistadas trazem impressões diversificadas dos mesmos temas.

A prostituição é algo levado por amigas em comum, mulheres da família, dando sempre continuidade no processo de entrada na atividade. Uma fala para outra ou a mulher que se interessa em entrar para a vida na prostituição busca uma espécie de “consentimento” de uma mulher de sua confiança, essa relação de confiança é algo que as entrevistadas comentam, pois precisam dessa afirmação enquanto grupo.

O fato de ser mulher e ser prostituta dentro de uma sociedade machista, patriarcal e conservadora é muito mais do que desafiadora, é sim, perigosa e por vezes mortais. O ato de ter o poder nas mãos faz dos homens os primeiros, em oportunidades, privilégios e poder, o segundo sexo deixado para nós mulheres demarca a corrida que sempre perdemos.

Essas mulheres, batalhadoras e trabalhadoras do sexo alimentam diariamente o sistema prostitucional, são colocadas à margem da sociedade não só pelos homens que pagam pelo seu trabalho, mas por uma sociedade inteira o que torna compreensíveis suas revoltas, questionamentos e posicionamentos acerca disso tudo.

É notório que as entrevistadas procuram demonstrar força e rigidez frente às questões que enfrentam por serem mulheres e prostitutas, mas noto que a essência de cada uma delas está em suas falas. Todas falam do cuidado e responsabilidades com filhos e famílias e do cuidado que precisam ter com eles, para elas isso é um dever, obviamente foram criadas e condicionadas à carregarem consigo o dever de sempre cuidar, se responsabilizar e arcar com as tarefas relacionadas a família.

O ato de cuidar e proteger não é julgado aqui, pelo contrário, é admirável desde que seja dividido e vivido em conjunto. Nas falas de minhas entrevistadas, elas citam suas redes de proteção, e isso é positivo, porém a maior responsabilidade elas puxam para si, dando a entender que por estarem ali na prostituição precisam arcar ainda mais com os compromissos familiares em que pese cuidados e finanças.

Essa questão de a mulher sempre ser colocada como uma pessoa destinada a cuidar, proteger sendo dócil e amável é também interesse do machismo estrutural, além da violência de gênero, uma mulher dócil e submissa não ameaça a perpetuação desse sistema. Assim sendo busco em suas falas, identificar entendimentos e posicionamentos sobre as questões de gênero e o lugar de subalternidade das mulheres dentro de nossa sociedade, e junto com as entrevistadas trago também o que as mesmas relataram e pensam sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho, fatos estes também analisados neste estudo.

3.3.2 Prostituição e geração de renda

A forma que as prostitutas obtêm sua renda, ressalta que nem todas as mulheres têm oportunidade de trabalho, ao passo que não obtiveram sucesso no trabalho formal, assim sendo buscaram se ocupar com a prostituição.

Como já mencionado nesta pesquisa, é impossível falar em geração de renda e mercado de trabalho, sem a compreensão das questões de gênero. Uma vez compreendido as consequências que esse lugar do ser mulher significa, partimos para o lugar da mulher no mercado de trabalho.

Três das minhas entrevistadas mencionam em suas falas que já tiveram contato com o mercado formal, sendo que puderam vivenciar a imensa dificuldade para as mulheres na busca por renda e subsistência. Como pontuado nesse estudo, as mulheres ocupam os cargos mais precários no mercado de trabalho e isso ainda é mais delicado quando se trata de recortes raciais. Entende-se que para além da

questão da mulher no mercado de trabalho também temos que pontuar as questões, estruturais, raciais, sociais e regionais.

A geração de renda para as mulheres está imbricada em questões muito mais profundas do que as colocadas pelo estado e pela sociedade, compreendo a partir das falas das profissionais do sexo que apenas o mérito ou a formação não são determinantes para que uma mulher tenha uma ocupação que garanta uma condição de vida digna, mesmo isso sendo um direito garantido em lei.

As oportunidades não são iguais para homens e mulheres, isso é fato, mas como as prostitutas enxergam isso dentro de seu cotidiano e quais os determinantes que acabam por levá-las a viver da prostituição. Cabe pontuar que aqui não falo em escolha ou opção e sim numa alternativa de renda através da venda do trabalho sexual.

“Eu trabalhava no restaurante da minha família, mas com a pandemia não consegui trabalho então uma amiga me ajudou para eu vir para a boate” (RUBI, 2022).

“Eu trabalhava numa loja de iluminação, mas por ter meus filhos pequenos era complicado para trabalhar, então deixei eles com meu ex, que é pai deles, e vim pra vida” (PÉROLA, 2022).

“Nunca trabalhei formalmente, precisava de dinheiro para criar meu filho e ninguém me deu oportunidade, daí pedi para minha amiga me ajudar a começar na noite” (AMETISTA, 2022).

“Nas entrevistas de emprego a primeira coisa que perguntam é se a gente tem filhos e com quem vai ficar, mas para os homens não perguntam isso” (ESMERALDA, 2022).

Uma vez dentro da atividade, as mulheres ficam expostas ao perigo e a diversos tipos de violência, pois isso é a sua forma de renda, não há como parar sem ter outra coisa em vista, isso é relato das entrevistadas que afirmam passar por determinadas situações pelo dinheiro. As entrevistadas, recebem por semana quando trabalham em boates ou bares e por programas quando trabalham de forma independente, sua subsistência é baseada na lei da oferta e da procura. Dentro do senso comum pode-se acreditar que só existem os clientes por que existe quem venda o trabalho sexual, porém o debate é imensamente mais amplo que isso, o machismo e conseqüentemente o patriarcado colocou a prostituição como imoral e como uma

forma fácil de ganhar dinheiro, num discurso de que só se prostitui quem quer, mas não enxerga, ou prefere não enxergar que é esse mesmo sistema que condiciona mulheres a se prostituírem.

Compreendo através das falas das profissionais, que a falta de oportunidade e principalmente o não respaldo do estado, com políticas públicas e apoio às mulheres são as causas e também as consequências da prostituição enquanto uma das expressões da questão social. Justifico minha fala nas respostas dadas por minhas entrevistadas, que a todo momento colocam a falta de oportunidade, o descrédito e principalmente o machismo como determinantes de suas atuais condições, em que pese a geração de renda.

Assim sendo, os profissionais passam por determinadas situações em nome do dinheiro que ganha, expondo-se a perigos e até mesmo a risco de morte durante o trabalho. A insegurança, permeia as relações dentro deste sistema.

“Tem cliente que chega aqui e já fala: te dou tanto a mais para você usar drogas comigo, a guria usa porque precisa do dinheiro e às vezes acaba se viciando e passa a cheirar só para aguentar a vida” ESMERALDA (2022).

“Uma vez num bar em que eu trabalhava, uma amiga fez uma saída com um cliente, pois ele ia pagar a mais, ela saiu com ele e demorou a voltar, encontramos ela nua, machucada jogada num matagal” (ESMERALDA, 2022).

Mesmo sendo uma ocupação reconhecida legalmente, a prostituição não possui direitos trabalhistas, o que pode ocorrer é uma contribuição à Previdência Social pela (o) profissional como autônoma (o), para ter direito a benefícios previdenciários. A discussão da regulamentação da atividade foi arquivada dentro do Congresso, o que dificulta uma maior discussão e notoriedade acerca da prostituição.

Fica claro durante as entrevistas que essas mulheres estão em busca de oportunidades, de uma mobilidade social que muitas vezes pode nem chegar. Nessa pesquisa deixei claro que não há um juízo de valor, e sim o interesse em discutir o fenômeno da prostituição e esse entendimento do olhar dessas personagens era fundamental.

“Quero juntar dinheiro e sair dessa vida” RUBI, 2022. “Só saio se arrumar algo melhor para mim e para meu filho, mas não tenho força de vontade” AMETISTA, 2022.

“Eu penso em sair, mas por algo que pague mais que os programas pagam” (ESMERALDA, 2022).

“Estou construindo minha casa, e nenhum emprego vai me pagar o que eu tô ganhando aqui, só saio quando meu salão estiver pronto”. (PÉROLA, 2022).

Esses foram os pontos discutidos durante as entrevistas, o que essas mulheres trouxeram edificou esse estudo, mesmo sendo apenas quatro entrevistas pude mensurar ao menos um pouco das vivências das mulheres que se prostituem na cidade de Castro-Pr. Essa troca ocorreu de forma respeitosa, sem invadir a privacidade das entrevistadas, sempre mantendo o viés ético e meus princípios enquanto mulher, mãe e pesquisadora.

CONCLUSÃO

A história do fenômeno da prostituição, é imensamente mais amplo do que o que foi exposto neste estudo, remonta as histórias bíblicas e a idade média, porém aqui optei por fazer o recorte histórico dentro da Revolução Industrial e consequentemente do capitalismo.

Foram diversas leituras e uma imersão necessária dentro desta história que ao meu ver é instigante, essa investigação dentro do mundo da prostituição é particularmente curiosa ao passo que me surpreendi com as informações que pude levantar, como o debate das feministas e a posição das próprias profissionais. E como forma de encerrar esse trabalho, me coloco não só na posição de pesquisadora, mas também como mulher. Entendo que o papel das prostitutas dentro da sociedade é marcado pelo preconceito, discriminação, julgamentos e é quase sempre vista pelo senso comum.

O glamour e a ostentação não fazem parte do dia a dia de todas as mulheres que fazem da prostituição sua forma de subsistência, isso somente permeia o

imaginário das pessoas que não vêem a atividade uma profissão e sim uma forma imoral e desviante de sobrevivência.

Durante essa pesquisa, tive a oportunidade de ter contato com alguns teóricos que tratam do assunto, porém também percebi que há a necessidade de um debate maior em que pese a atividade da prostituição. É perceptível que a prostituição ainda é tratada como tabu sendo vista como caso de polícia, quando na realidade precisa ser vista como caso de política.

A invisibilidade dessas mulheres é algo que choca, não somente pelo fato de muitas preferirem e precisarem manter-se no anonimato, mas também pela escassez de políticas, programas e projetos destinados a esse grupo. Entender que a prostituição não é apenas um caso para a política de saúde debater e sim que se trata de uma das expressões da questão social é imperativo à sociedade brasileira.

As feministas discutem de forma dinâmica o fenômeno da prostituição, e isso é uma conquista emblemática que precisa ser considerada, pois coloca em voga o debate da temática. Conclui através desta pesquisa que não há como discutir a prostituição sem buscar nas questões de gênero e geração de renda dois de seus determinantes, uma vez que é também dentro destas duas perspectivas que busquei mensurar a visão das mulheres com as quais pude conversar.

A prostituição não surge na contemporaneidade, como já mencionei aqui esse fenômeno acaba por se inserir em contextos históricos diferentes e nos dias atuais compreendemos também que o sistema no qual está se interpõe, sendo muito mais amplo do que pude conceber.

Devo pontuar que essa exposição traz dois posicionamentos em relação a atividade da prostituição, o primeiro traz o pensamento das feministas abolicionistas as quais acreditam que as prostitutas devem ser libertas da atividade e terem seus direitos assegurados por meio de políticas públicas e o segundo sendo a posição do grupo que pede a regulamentação da atividade, mediante o aumento da fiscalização.

Optei por expor essa comparação de posicionamentos para embasar a discussão de forma mais ampla, uma vez que durante a pesquisa não quis esvaziar o debate acerca da prostituição, portanto trazer isso para o estudo foi necessário.

Em que pese a legislação vigente acerca da atividade da prostituição, posso concluir que por mais que haja o seu reconhecimento dentro da Classificação Brasileira de Ocupações, ainda está longe de entrar dentro da discussão das regras trabalhistas, visto que isso apenas facilita a contribuição com a previdência social.

As discussões sobre a prostituição foram arquivadas no Congresso Nacional e dentro deste projeto societário com viés liberal e conservador, infelizmente sabe-se que não há espaço para falar em prostituição, percebi que o assunto da prostituição e a proteção às prostitutas é desenvolvida em grande parte pelas ONGs e por instituições de saúde, mesmo que a prostituta ainda não se sinta segura para assumir sua real ocupação.

Por fim, devo pontuar o imenso desafio que tive ao abordar essa temática e enquanto mulher, onde me coloquei no lugar destas que não têm a escolha dentro da sua atividade. Ressalto que não pretendia fazer juízo de valor, porém me faço empática às minhas entrevistadas, colaboradoras fundamentais desta pesquisa.

O conjunto de informações presentes neste trabalho foi em parte levantado através de pesquisa em produções realizadas por mulheres, sendo uma pesquisa dinâmica que respeitou a subjetividade dos sujeitos entrevistados, concluo que atingi os objetivos esperados com o estudo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. **A heterogeneidade da prostituição**, In: Seminário Nacional: Prostituição e Tráfico de Mulheres, Belém, PA. São Paulo: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belém; Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, 1995.

BARROCO, M. L. S. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2005.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4º ed. Divisão Europeia do Livro, São Paulo 1970.

BEBEL, A. **Women under socialism**. New York: Socialist Literature Co., 1910.

BONI, V. QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em 17 nov. 21.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.211/12**. Autoria de Jean Wyllys, Brasília 2012. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F055813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Avulso+-PL+4211/2012>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **A força da mulher impulsionando o país**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Ofício circular nº 2/CONEP/SECNS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf>. Acesso em 02 dez 22.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Código Penal Brasileiro**. Decreto lei Nº 2.248, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 04 de Jan de 21.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 98-A de 2003**. Autoria de Fernando Gabeira, Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho. CBO - **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf> 2002>. Acesso em 10 de jan 22.

CALIXTO, L. A. G. **Esther: uma prostituta judia em o ciclo das águas**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CASTROLANDA. **História Cooperativa Castrolanda**. Disponível em: <https://www.castrolanda.coop.br/castrolanda-completa-69-anos-com-faturamento-recorde-e-nova-estrutura-corporativa/#:~:text=A%20data%20remonta%20a%20chegada,a%20sustenta%C3%A7%C3%A3o%20para%20toda%20Castrolanda>. Acesso em 25 de Jan de 2022.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 Ed. Rev.e ampl. São Paulo: Atlas 1995.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM-PR, **Denominações de Rodovias Estaduais**. Portal da Transparência do Paraná. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Denominacoes-de-Rodovias-Estaduais#:~:text=8%20%2D%20Rodovia%20Deputado%20Jo%C3%A3o%20Chede&text=PR%2D151%20%3A%20Trecho%20Palmeira%20%2D%20Ponta%20Grossa>. Acesso em 25 de Jan de 2022.

DINIZ, M. I. **Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN**. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social;

Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FERNANDES, Daniela. **Mais de 40 milhões se prostituem no mundo, diz estudo.** BBC News Brasil. 18 janeiro 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is Acesso em: 28 jan. 2022.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2, o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque Revisão Técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque, 8º Ed. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1998.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade.** Antropologia em Primeira Mão, s/d, Universidade Federal de Santa Catarina, PPGAS.

GRUMAN, M. **A Prostituição Judaica no Início do Século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil.** Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], p. 83-99, jul. 2006. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5446> Acesso em: 01 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/cam.v7i1.5446>.

HELENE, D. **O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th *Women 's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_helene.pdf>. Acesso em 13 jan. 2021.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. 283 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE e cidades.** Castro-PR. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 25 de Jan de 2022.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R.C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista Katálysis. Florianópolis: UFSC. Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social, v. 10, nº especial, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 10 jan 22.

LIMA, T. M. M. **A prostituição feminina no Brasil: da “questão de polícia” à conquista de direitos.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

PARADIS, C. G. **A prostituição no marxismo clássico: crítica ao capitalismo e à dupla moral burguesa.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis.

PINHEIRO, L. M. JUCÁ, L. C. **A Regulamentação da prostituição e a efetividade dos direitos fundamentais das profissionais do sexo.** Revista Opinião Jurídica n. 11 - 2009.

PINTO, C.R.J. **Feminismo, história e poder**. Dossiê Teoria Política Feminista, Rev. Sociol. Polit. 18 (36), Jun 2010.

PISCITELLI, A. **Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista Cuadernos de Antropología Social**.Nr. 36, diciembre, 2012, pp. 11-31 Universidad de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina.

PRZYBYSZ, J. **Nem santas nem putas, apenas mulheres: espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa** – PR. 363f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

TABUCHI, M.G, ROMFELD, V.S; **À margem da sociedade, ao centro da capital: o mercado barato de mulheres – apontamentos acerca do projeto acerca do Projeto de Lei Gabriela Leite**. XV Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2013.

TRISTAN, Flora. **Paseos en Londres**. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, Biblioteca Digital Andina, 2009.

VINUTO, J. **Amostragem em bola de neve pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220 ago/dez. 2014.

APÊNDICE A – MODELO DE ENTREVISTA

MODELO DA ENTREVISTA

- 1- Como você se autodenomina?
- 2- Qual seu entendimento sobre a prostituição?
- 3- O que te levou a ser uma profissional do sexo?
- 4- Hoje a prostituição é sua única fonte de renda?
- 5- Quais as dificuldades que você enfrenta no seu cotidiano por ser mulher e uma profissional do sexo?
- 6- Em sua concepção, existe algum fator determinante que faça você sair da prostituição?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (a): Venho através deste, convidá-la a participar como entrevistado da pesquisa Prostituição no Município de Castro: Relação entre gênero e geração de renda a qual constitui o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que tem na figura de pesquisadora a acadêmica Regiane de Fatima Dias Zanella, sob a orientação da Prof.^a Ms. Lucimara Nabosny. Para a realização da pesquisa, busco o contato com um grupo de mulheres profissionais do sexo que trabalham em boates do município de Castro-PR, para a realização de entrevistas. As informações relatadas na entrevista serão apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso, porém a identidade dos entrevistados e demais indivíduos citados nas entrevistas serão codificados para que haja confidencialidade, desta forma, será mantido total sigilo durante as entrevistas. Ressaltamos que sua participação é voluntária, portanto a senhora não é obrigada a responder questões que não queira ou não se sinta confortável, bem como participar da presente pesquisa sendo que a qualquer momento você poderá recusar a continuar participando do estudo. Após sua concordância, serão realizadas duas vias deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que uma via devidamente assinada ficará sobre sua posse, e outra

com a acadêmica, não havendo nenhum risco moral ou físico relacionado às entrevistas e divulgação. Destaco que toda pesquisa envolve riscos aos pesquisados, no caso desta elencou-se as seguintes possibilidades: o constrangimento ao expor sua vida íntima para uma pessoa estranha podendo ser identificadas por alguém ou por alguma informação, mesmo que seja utilizado um nome fictício e pelo fato de poderem se constranger ao tocar em determinados assuntos, há também o risco de perderem clientes se relatarem que estão participando da pesquisa pois o sigilo é característico nessas relações. A questão psicológica também há de ser considerada uma vez que ao relatar certos acontecimentos da sua vida pessoal e profissional, a pesquisa poderá se abalar com a situação. Em que pese os benefícios podemos considerar o reconhecimento à luta dessas e de outras mulheres pela afirmação de direitos femininos ao longo dos anos. Como vistas a obedecer às orientações de contaminação pela Covid-19, serão cumpridos todos os protocolos de segurança para a realização das entrevistas que se darão de forma presencial, como o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento ao realizar as entrevistas de forma individual, portanto sem aglomerações. Assinatura do pesquisador (a) responsável Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação na mencionada pesquisa, e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu dou meu consentimento livre e esclarecido em participar. Ponta Grossa, de de 2021. Assinatura do (a) participante Caso necessite de mais informações e esclarecimentos sobre a pesquisa e/ou sua participação, contate: Regiane Zanella no telefone (42) 991077907 e-mail heroncarlos15@gmail.com Para dúvidas, problemas ou comentários referentes a sua participação na pesquisa contate o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa: Telefone: (42) 3220-3108 Email: propesp-cep@uepg.br